

CNIS UNIDA EM ASSEMBLEIA GERAL

Setor Solidário não quer diluir-se na Economia Social

Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista



BRAGANÇA

1º Encontro UIPSSDB
saldou-se por enorme
sucesso



TOMAR
CAST leva 110 anos
a apoiar os mais
desfavorecidos

DEFICIÊNCIA

O CAO tornou-se
um caos e tem
que ser alterado



O SOLIDARIEDADE DESEJA A TODOS OS SEUS LEITORES E COLABORADORES...



Festas felizes!

José Leirião
Membro da CNIS



União Europeia - Criação do Pilar dos Direitos Sociais

O Presidente da Comissão Europeia 'Junker' no discurso sobre o 'Estado da União' em Setembro do ano passado, afirmou ser "necessário intensificar os trabalhos com vista a um mercado de trabalho equitativo e com uma dimensão verdadeiramente pan-europeia" e que no quadro dos esforços envidados neste contexto, quero **desenvolver um Pilar Europeu dos Direitos sociais**, que tome em consideração a situação em mutação das sociedades europeias e do mundo do trabalho. E que possa servir para **orientar o processo de convergência renovada na área do euro**. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais deve complementar os resultados já alcançados no que respeita à proteção dos trabalhadores na UE. Espero que os parceiros sociais desempenhem um papel fulcral neste processo. Considero que se justifica que esta iniciativa seja inicialmente lançada na área do euro, permitindo simultaneamente a participação aos demais Estados-Membros da UE que nela desejem participar.»

Segundo a Comissão Europeia, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais deve ter por base, e completar, o «acervo» social da UE, com o objetivo de orientar as políticas em vários domínios essenciais para o funcionamento correto e equitativo dos mercados de trabalho e dos **sistemas de proteção**

Social nos Estados-Membros participantes.

Os princípios propostos não substituem os direitos em vigor, mas permitirão avaliar e, posteriormente, **aproximar as políticas sociais e de emprego nacionais, garantindo-lhes um melhor desempenho.**

Quais são os domínios dos direitos sociais que estão abrangidos no projeto do Pilar?

Os domínios de intervenção são agrupados em três grandes rubricas:

Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho, incluindo o desenvolvimento de competências e a aprendizagem ao longo da vida, bem como o apoio ativo ao emprego, a fim de aumentar as oportunidades de emprego, facilitar as transições entre estatutos diferentes e melhorar a empregabilidade das pessoas.

Condições de trabalho equitativas, com um equilíbrio adequado e fiável de direitos e obrigações entre trabalhadores e empregadores, bem como entre flexibilidade e segurança, a fim de facilitar a criação de postos de trabalho, a contratação e a mobilidade ao longo do tempo.

Proteção social adequada e sustentável e acesso a serviços essenciais de elevada qualidade, incluindo os cuidados de saúde e os cuidados de longa duração, a fim de garantir e uma vida digna e proteção contra os riscos, de modo a que cada indivíduo participe plenamente

no emprego e, de um modo mais geral, na sociedade.

No âmbito destas três rubricas, foram identificados 20 domínios de intervenção, a que estão ligados diferentes princípios. O ponto de partida destes princípios é constituído por determinados direitos já inscritos no Direito da UE e outras fontes de direito aplicáveis, a partir dos quais se pormenorizam possíveis formas de tornar esses princípios operacionais.

De notar que esta iniciativa, não obtem o consenso geral dos Estados Membros, pois existem comentários de alguns sectores dos países do Norte e centro europeu (Alemanha) referindo que, se trata de um assunto que diz mais respeito aos países do Sul, dado não esperarem que esta consulta vá melhorar os seus sistemas de protecção social que, como sabemos, são já muito avançados.

É feito um apelo à sociedade civil para participar na 'consulta pública' sobre o 'pilar dos direitos sociais' que decorre até fim de Dezembro.

Tratando-se de um tema que diz muito ao sector social, é importante que as nossas instituições e cidadãos participem nesta consulta pública. Podem aceder ao seguinte 'site' da Comissão Europeia em que o inquérito é apresentado em 'português'.

https://ec.europa.eu/eusurvey/runner/070_bd453-9b33-4be0-9fc9-67da1771a25d?draftid=f6b14f38-edf0-4927-a022-7a0a4d19d193&surveylanguage=PT

UDIPSS-VIANA DO CASTELO

Constituição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2016/2019

Assembleia Geral:

Presidente - José Miguelote de Castro Monteiro (Gabinete de Apoio à Família- Viana do Castelo) 1a Secretario - Alexandre Manuel Martins (Centro Social Paroquial de Areosa) 2o Secretário - António José da Costa Pereira Morgado (Congregação Na Senhora da Caridade)

Direção:

Presidente - Maria Filomena da Costa Martins Araújo (APCVC de Viana do Castelo) Vice presidente - Fernanda Maria Albuquerque Ribeiro de Almeida (APPACDM-Viana do Castelo) Secretária - Ângela da Conceição Campos Araújo (PASA - Alvarães) Tesoureiro - Augusto Gonçalves Parente

(Lar de Santa Teresa- Viana do Castelo)

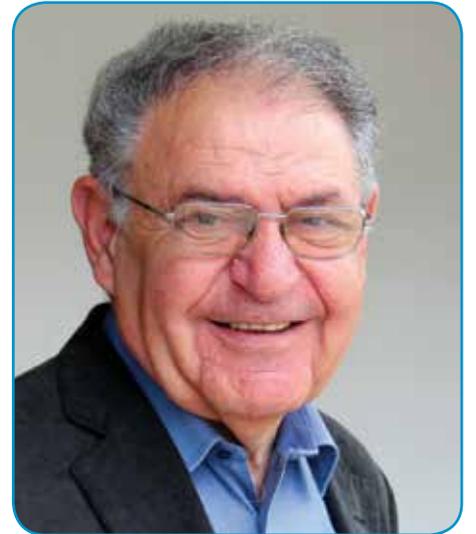
Vogal - Fátima do Rosário Afonso (Centro Paroquial e Social - Pe. Agostinho Caldas Afonso- Monção)

Conselho Fiscal:

Presidente - Maria Amélia Lopes da Costa Peixoto (Centro Social da Paroquia de Santa Marta de Portu- zelo) 1o Vogal - Pe. Valdemar Pereira Martins Fernandes (Patronato de Nossa Senhora Bonança- Vila Praia de Âncora)

2o Vogal - Diana Esteves Cerqueira (Associação Juventude de Vila Fonche- Arcos de Valdevez)

Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Pacto de Cooperação

1. Em 19 de dezembro de 1996 foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social. Completam-se vinte anos...

Subscreveram-no o Primeiro Ministro (Engº António Guterres), os presidentes da Associação Nacional dos Municípios (ANMP - Engº Mário de Almeida) e da Associação Nacional das Freguesias (ANF - Manuel Marçal Pina) e os três presidentes das organizações representativas do Sector Solidário (União das Instituições Particulares de Solidariedade Social / CNIS - P. José Martins Maia, União das Misericórdias - P. Vitor Melícias e União das Mutualidades - Dr. António de Seixas da Costa Leal).

Todos merecedores de uma reconhecida homenagem da sociedade portuguesa e da veneração de toda a comunidade humana.

2. Com o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social era assumido tanto um legado histórico como a matriz cultural marcadamente humanista que geraram expressões organizadas e enraizadas nos próprios cidadãos que, das mais variadas formas no decorrer dos séculos, foram assegurando o exercício da solidariedade e da proteção social junto das pessoas ou dos grupos mais carenciados. Se algumas (muitas) dessas expressões provinham da caridade cristã, outras expressões vinham de outros credos e ideologias ou eram manifestações da cidadania ou da solidariedade. No seu agir constante umas e outras ajudaram-se mutuamente a construir um modelo de ação social direta que fez com que muitas pessoas vissem respeitada a sua dignidade humana e com que muitas mais deixassem as retaguardas na sua caminhada humana e encontrassem um melhor provir.

Com o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social também era reconhecida a dinâmica destas iniciativas com o constante crescimento do número de instituições do sector solidário e o progressivo alargamento da sua obra, integrando, em todo o País, uma verdadeira rede de solidariedade e proteção social. Já, então, não havia comunidade sem que do seu seio não tivesse surgido alguma iniciativa em seu favor, fosse ela informal ou organizada, em benefício das crianças, dos jovens ou dos mais velhos, das pessoas com deficiência ou das pessoas carenciadas de suficientes recursos para viver.

Com o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social era anunciado um rumo irreversível do Estado Social: atento às necessidades e apoiado pelos meios que afeta e pelas experiências de uma comunidade que não se demite, o Estado assumia a tarefa não só de estabelecer políticas sustentadas como também a de reconhecer uma sociedade que se organiza e que faz

muito e muito bem na ação social direta.

E com o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social era acautelada a autonomia das organizações da comunidade, acentuava-se a capilaridade (não há comunidade sem qualquer expressão organizada), reforçava-se a solidariedade (o outro nunca é um obstáculo mas sempre um companheiro de jornada), aprofundava-se a subsidiariedade (não se empurra para o Estado o que alguém da comunidade pode fazer) e familiarizava-se a proximidade (quem está mais próximo, em princípio, está em melhores condições de boa resposta).

Os resultados estão à vista: a sociedade tornou-se ágil a fazer da sorte de todos a sorte de cada um e a sorte de cada um também a sorte de todos. Assim, e não é de somenos importância, sem que ninguém fique para trás, com menos recursos chega-se a mais pessoas e a comunidade assume com esperança o seu futuro. Isso enquanto se evita a elephantiasse de um Estado excessivo e excessivamente providencial.

Não restam dúvidas: nisto de cooperação somos e temos uma boa prática para todo o mundo que nos rodeia.

Um reparo apenas: o Estado local parece ter sentido alguma dificuldade em situar-se...

3. Ao celebrar os 20 anos do Pacto de Cooperação importa acautelar alguns riscos.

Uma das partes subscritoras do Pacto foi, evidentemente, o Sector Solidário. Muito embora o espaço do Sector Solidário seja o espaço social, a sua dimensão é a da capilaridade, a sua filosofia é a da

envolvência, a sua matriz é a do voluntariado, a sua opção é a de preferenciar os mais carenciados, a sua presença é a da proximidade, a sua qualidade é a da solidariedade e o seu produto é serviço público. Mas onde Sector Solidário está perfeitamente individualizado é na sua estratégia, que é a da Cooperação com o Estado. Correr o risco de diluir-se na economia social é fazer perigar o que diferencia muito positivamente este País.

O Sector Solidário é, também, uma pluralidade conciliada de credos, expressões de cidadania, ideologias e manifestações de solidariedade. Talvez não sendo a maioria, são, porém, muitas e muito boas as expressões organizadas com a marca da caridade cristã. Qualquer tentação de "Igrexit" redundaria em auto marginalização da cooperação e em abandono das periferias. A hora é a de dar uma voz à harmonia e à coesão enquanto a celebração dos 20 anos pode ser uma boa oportunidade para tal.

Se o Estado Local sente alguma dificuldade em situar-se no equilíbrio da Cooperação, a via não será certamente nem a da municipalização nem a da estigmatização das respostas sociais, mas certamente o da definição das competências em ordem ao melhor serviço à comunidade, porque é de serviço e não de poder que há urgência. Está provado que a ação social direta encontrou os melhores agentes no Sector Solidário; talvez as Autarquias estejam bem mais vocacionadas para o atendimento e o acompanhamento social informal. E não lhes falta espaço para o qual não são suficientes os grupos informais.

Foto: D.R.



ROTASS

CNIS apresenta plataforma que aproxima as IPSS

Fruto de uma candidatura da CNIS ao POISE, está em marcha a implementação da ROTASS – Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário, que tem como principais objetivos aumentar a interação entre as IPSS visando o aproveitamento das ações bem-sucedidas, trocar experiências e proporcionar o intercâmbio de profissionais e de outros recursos e ganhar notoriedade e visibilidade como rede institucionalizada a nível nacional.

Através da criação de uma plataforma web, que permita a gestão e partilha de dados, bem como o intercâmbio de informação entre as associadas das UDIPSS, a CNIS pretende promover a inovação e o empreendedorismo social, potenciando as boas práticas, promover o trabalho em rede, propagando análises, estudos e boas práticas, e ainda partilhar soluções inovadoras no âmbito da Economia Social que visem uma melhor gestão e sustentabilidade das IPSS.

Potenciar uma maior capacitação institucional da CNIS que permita melhorar a intervenção junto das suas associadas, desenvolvendo um trabalho mais qualificado e diferenciador, com um acompanhamento técnico e operacional de proximidade e de apoio contínuo às instituições é o objetivo global.

E mais do que um trabalho de melhoria, a capacitação da CNIS com este projeto vai desenvolver um trabalho em rede, de proximidade, de prevenção, de apoio e de desenvolvimento de soluções ajustadas às suas associadas que sejam facilitadoras de uma melhoria da eficiência e da eficácia da sua própria gestão.

Nesse sentido, as principais linhas de atuação passam pela criação de trabalho em rede a nível nacional, pela troca de experiências e divulgação de boas práticas e pelo intercâmbio de recursos.

«A promoção de uma rede de intercâmbio de informação e de partilha de boas práticas deve ser estruturante em termos de atividades a desenvolver no contexto da Economia Social, o que implica que o trabalho das instituições associadas da CNIS deva ter em conta as aprendizagens resultantes de experiências similares em outros contextos e por outras entidades. A rede pretende, nessa medida, aumentar a interação entre organizações da Economia Social, tendo em vista o aproveitamento local das ações bem-sucedidas em outras regiões ou entidades. A médio prazo, com a promoção desta ideia, a CNIS logrará um reforço da sua notoriedade e visibilidade, enquanto rede institucionalizada a nível nacional, já que o reflexo do seu trabalho ficará patente, não só para as instituições suas associadas, mas também para as outras entidades e organizações com as quais possa interagir na troca de experiências e divulgação de boas práticas», pode ler-se na memória descritiva da candidatura, na qual a importância da rede para as Uniões Distritais é igualmente destacado:



«Também o papel das Uniões Distritais sairá reforçado perante as suas próprias associadas, na medida em que a interação gerada pela rede potenciará novas abordagens e um maior conhecimento, a nível nacional, do que as UDIPSS fazem em termos de Economia Social».

ATIVIDADES

Para concretizar os objetivos a que se propõem, o projeto da CNIS tem na base quatro atividades a desenvolver: Criação e funcionamento de um Gabinete de Apoio Técnico (agora denominado Departamento Técnico); promoção do desenvolvimento do trabalho em rede, a nível nacional e internacional, com recurso a tecnologia Web; criação de uma base de dados informática integrada para intervenientes da Economia Social («Social Care Easy»); e avaliação externa do projeto.

Apesar de ter sido criado em julho de 2015, o Departamento Técnico, para efeitos de execução da candidatura, apenas entrou em funções em janeiro de 2016, sendo que as três restantes atividades começaram a ser implementadas em novembro do



corrente ano.

Relativamente à primeira iniciativa, o, agora denominado Departamento Técnico, tem por missão disseminar junto das IPSS associadas todas as informações relevantes para os processos de candidatura ao Portugal2020 aos quais aquelas possam concorrer e submeter candidaturas próprias; dar apoio técnico-jurídico às instituições associadas da CNIS, numa vertente preventiva e prospectiva; fornecer apoio sistemático às associadas na

identificação de ações que apórtem uma melhoria do seu desempenho e um aumento da eficácia da sua gestão; promover, de forma contínua ao longo do projeto, a investigação sobre temas relevantes no âmbito da Economia Social, com a consequente disponibilização de dossiês temáticos às associadas, designadamente estudos de impactes económico-sociais do Setor; promover um acompanhamento de proximidade, estabelecendo um maior elo de ligação entre instituições e disponibilizando conhecimento e instrumentos práticos para uma gestão de constrangimentos e oportunidades.

Entre outras ações desenvolvidas por todo o País, no âmbito das atribuições do Departamento Técnico já foi iniciado o estudo sobre a «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», a realizar pela Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto, com o qual se pretende obter a caracterização socioeconómica dos utentes das IPSS e importância que para eles têm os serviços que as IPSS lhes prestam; a importância das IPSS para as respetivas economias locais, nas várias zonas do território nacional; a caracterização do trabalho voluntário mobilizado pelas IPSS e seu valor económico; e a análise comparada da realidade portuguesa do Setor Social e Solidário com a existente nos restantes países da União Europeia.

No que respeita ao «Social Care Easy», arranca com um projeto piloto que abrange 52 IPSS para desenvolvimento de ferramenta de benchmarking para as organizações do Setor Solidário. O que se pretende é introduzir novos conceitos de avaliação, melhorar o conhecimento da própria organização, estabelecer objetivos viáveis e realistas e definir critérios de prioridade no planeamento, que favoreçam um melhor conhecimento do setor e aumentem a sua competitividade.

Esta atividade passa pela criação e teste da ferramenta web, recolha e compilação da informação nas 52 IPSS e inserção na base de dados e desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do projeto piloto.

Já no que concerne à quarta atividade, avaliação externa do projeto, esta será efetuada através de inquéritos aplicados online ao universo de associadas diretamente envolvidas – 500 instituições, esperando-se que 75% destas considerem que a intervenção da CNIS melhorou com a implementação deste projeto. É fundamental as instituições serem sensibilizadas para o respetivo preenchimento, de modo a assegurar a existência de uma amostra representativa de inquéritos válidos.

Por outro lado, pretende-se reforçar a metodologia de avaliação com a utilização de outras fontes, sobretudo o «estudo de caso» e o sistema de informação do projeto. Por esta via quer-se aceder a informação que suporte um conhecimento mais estruturado do projeto e da dimensão dos resultados e metas definidas. Na metodologia do estudo de caso, propõe-se realizar um estudo que acionará as fontes: análise documental, entrevistas e observação de atividades.

No final, deverão ser redigidos dois relatórios relativos a cada uma das fases de recolha de informação, ambos dedicados à apresentação e análise crítica dessa mesma informação.

PLATAFORMA WEB

Quanto à implementação da atividade 2, a ROTASS, propriamente dita, os objetivos são bastante concretos e passam por promover o trabalho em rede, desenvolvendo e divulgando análises,



estudos e boas práticas, promover a inovação e o empreendedorismo social, potenciando as boas práticas a nível nacional e internacional e, por fim, implementar soluções inovadoras no âmbito da Economia Social e Solidária que visem uma melhor gestão e sustentabilidade das IPSS.

Em concreto, a ROTASS servirá para promover reuniões de trabalho, com as Uniãoes Distritais, para discussão e esclarecimento de problemáticas emergentes da atividade das suas associadas no âmbito da Economia Social. Nesse sentido, serão realizadas sessões de partilha dos resultados alcançados para a disseminação de boas práticas a nível nacional. Está previsto o envolvimento direto, nesta primeira fase, de 187 associadas, ou seja, as instituições que integram os órgãos sociais das UDIPSS.

O sistema de informação com recurso a tecnologia web, isto é, a plataforma em concreto, terá como principais características: diferentes níveis de utilizadores e diferentes níveis de acesso a informação; divulgação de informação; veículo de capacitação; partilha de recursos; disponibilização e capitalização de informação jurídica; partilha e divulgação de boas práticas; facilitação da ação comercial das instituições; e fomento da interatividade.

A implementação da plataforma será feita em três fases distintas e terá como destinatários as Uniãoes Distritais e Federações (definir interlocutores) e as IPSS que constituem os órgãos sociais das Uniãoes Distritais e Federações (1ª fase), as associadas da CNIS (2ª fase) e, por fim, o público em geral (3ª fase).

Para a elaboração da plataforma web, a cargo da empresa Rhmais, tudo começará pela identificação e especificação dos requisitos funcionais e criação dos dados necessários que suportem esses requisitos, a que se seguirá o desenho e conceção da arquitetura do interface e o desenvolvimento e programação do interface.

Posteriormente, haverá um período de testes por utilizadores independentes da equipa de desenvolvimento, a correção dos defeitos identificados no período de testes e, então, a abertura da plataforma web.

No arranque deste processo, já ao longo do mês de dezembro, a equipa responsável pelo desenvolvimento da plataforma web vai reunir com as Uniãoes Distritais a fim de auscultar as suas necessidades e dificuldades.

Para já, a equipa da Rhmais considera que na estrutura base da plataforma existirão os seguintes menus: Informação - Notícias, incentivos, apoios, programas e parcerias, dados estatísticos, negócios sociais, avisos, candidaturas ao Portugal2020, informação jurídica e legislação, FAQ, disponibilização de documentação variada, etc.; Biblioteca Digital - Livros/e-books, documentos diversos, estudos, artigos de interesse, vídeos, ficheiros áudio, etc.; Boas práticas - Projectos variados e bons exemplos de respostas sociais ou angariação de fundos; Bolsa de bens e serviços - Módulo de facilitação de trocas entre IPSS e fornecedores, seja em sistema de leilão ou de reserva de bens e/ou serviços; Directório - De fornecedores, de colaboradores e de utentes (com ou sem informação familiar); Respostas Sociais - Módulo referente ao registo das respostas e atendimentos sociais dadas a cada momento, com base no preenchimento de formulários e preferencialmente organizadas por área sectorial; RSS - Os «feeds» são uma tecnologia de transmissão de conteúdos que permite disponibilizar informação de forma automática em formato aberto, para que possa ser embebida por outros sites; Fóruns de discussão - Organizados e divididos por temática ou com base em organização distrital; Banco de Ideias e de Necessidades - A implementar numa 2ª fase, pois trata-se de informação fornecida pelos utilizadores.

Para já, em paralelo ao trabalho desenvolvido pelo Departamento Técnico, será desenvolvida a plataforma web, que deverá contar com variados contributos das IPSS que integram o projeto ROTASS nesta fase de arranque.

O projeto foi recentemente apresentado em Fátima, num encontro que contou com diversos representantes das instituições que integram os órgãos sociais das Uniãoes Distritais e das Federações, com o intuito de as envolver em todo o processo de desenvolvimento da ROTASS.

CAST – CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TOMAR

Andar sempre um passo à frente das necessidades

Fruto da fusão de duas instituições sociais com respostas distintas à comunidade, o que hoje é o CAST – Centro de Assistência Social de Tomar tem origem a 26 de outubro de 1906. Ou seja, há 110 anos. Atualmente, a instituição continua a responder à infância e à terceira idade, tendo ao longo dos anos ampliado a capacidade e a resposta das suas valências e prepara-se para o fazer novamente, com o intuito de responder às necessidades existentes. Para tal, os responsáveis reivindicam um “aumento do apoio às IPSS”.

É em 1906 que Tomar vê nascer a Creche Asilo Nossa Senhora da Piedade e posteriormente a Sopa dos Pobres e ainda o Asilo dos Inválidos do Trabalho. Em 1933 estas duas últimas instituições fundem-se emergindo a Casa dos Pobres, ao passo que a Creche Asilo N.ª S.ª da Piedade evoluiu para Centro de Apoio Social à Infância de Tomar (CASIT).

Então, em 1950, ou seja, há 66 anos, da fusão da Casa dos Pobres com o CASIT nasceu o CAST e, aí também, a denominação de Lar de S. José à valência lar de idosos e pelo qual muita gente no concelho de Tomar conhece o CAST.

Para o presidente da instituição tomarense, “passo decisivo” na evolução do CAST “foi a construção do novo lar”, em 2004, que oferece outra capacidade e outras condições, mas “também o crescimento da área infantil”, que em 2009 investiu numa creche, hoje com 37 crianças.

“Na altura foi a Câmara que colaborou com o CAST no sentido da criação de um jardim-de-infância. A atual creche funciona num edifício que foi sempre do CAST. Todo o terreno que agora é do jardim-de-infância e da antiga escola primária foi cedido ao CAST para construir essa resposta, isto em 1979”, recorda Pedro Marques.

“A instituição sempre procurou andar um pouco à frente na prestação dos serviços. Tanto é que em 2000, 2001 verificou-se que as instalações iniciais do lar eram insuficientes e evoluiu-se. Diria que até 2004, 2005, incluindo o projeto de reconversão energética, sempre houve a preocupação por parte das Direções em adequar os espaços físicos à prestação do serviço, não descurando o elemento humano”, conta Rui Pascoal, chefe do Departamento Administrativo e responsável pela gestão da qualidade, revelando: “A partir de 2011, e tendo os espaços físicos em consonância com aquilo que se entendia ser necessário, houve um investimento no sistema de gestão e é quando surge a implementação do sistema de gestão da qualidade. E, neste momento, já estamos novamente a pensar em espaços físicos, a fim de continuarmos a andar um passo à frente das

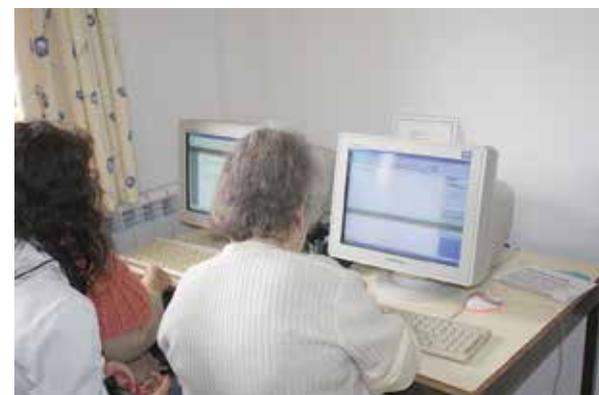


necessidades”.

O CAST espalha-se por três núcleos, onde funcionam as diversas valências, sendo que um deles, na zona histórica, hoje apenas acolhe os serviços administrativos e financeiros. Assim, a resposta à terceira idade é dada no Lar de S. José, no lugar do Carrascal, onde funciona igualmente o Centro de Dia (10 utentes), o Centro de Convívio (10) e o SAD (para 50 utentes). A ERPI, de momento, tem capacidade para 65 idosos.

A área da infância funciona na cidade, num edifício que vem da origem da instituição, denominada Área Infantil de S. José. Ali, em creche estão, atualmente, 37 crianças, sendo que no Pré-escolar o número sobe para 75.

Depois, a instituição gere ainda a Creche Familiar, que tem 10 amas ao serviço e que acrescenta mais 40 crianças aos números da instituição.



Para além disto, o CAST tem uma Cantina Social, com protocolo para 30 refeições diárias, mas que nem sempre é assim devido às necessidades.

“Muitas vezes servimos mais refeições do que as previstas no acordo e, depois, quando enviamos os mapas, a resposta da Segurança



Social é rápida e muito clara em dizer-nos para refazermos os mapas para poderem ser processados, pois estamos a servir mais refeições do que as que estão protocoladas”, conta Rui Pascoal.

O presidente da instituição acusa mesmo que “esta foi uma resposta criada para ser temporária, mas só quem não conhece o país é que a pode encarar como tal”, deixando um apelo: “A sensibilidade que tem que existir nas área social e saúde tem que ser diferente e a realidade tem que ser encarada”.

Nesse sentido, e perante as necessidades, os responsáveis pela instituição olham a ampliação e remodelação das instalações do lar como a melhor forma de dar resposta às necessidades existentes e emergentes, implementado que está o sistema de gestão da qualidade.

Pedro Marques foi reconduzido na presidência da Direção em novembro, aquando das últimas eleições para os órgãos sociais, e olha o futuro na continuidade.

“Venha que quem vier tem que ter como objetivo continuar o trabalho feito e, neste trabalho, a gestão da qualidade é fundamental. Quando a instituição atinge, como atingiu, padrões de qualidade classificados pelos auditores como excelentes, sem descurar pormenores meramente formais, isto obriga a que os procedimentos sejam melhorados e isso acaba por dar uma melhor qualidade de vida aos utentes, que é o essencial. Por outro lado, os funcionários também vão melhorando no serviço, o que é fundamental”, sustenta.

O processo de implementação do sistema de gestão da qualidade demorou pouco mais de dois anos e foi feito pela aposta decisiva da instituição.

“Em Portugal existiram os FAS que apoiaram as instituições a implementarem os sistemas de qualidade. Infelizmente, o CAST nunca foi contemplado, apesar de ter apresentado candidaturas. No entanto, não foi isso que impediu a Direção da altura de avançar”, recorda Rui Pascoal, que considera ter sido isso algo de decisivo: “O facto de termos avançado com meios próprios foi determinante. Ter sido a instituição a investir, e ainda foi um investimento significativo, foi determinante porque, se uma mancha muito grande de instituições que via FAS foram apoiadas financeiramente nunca conseguiram a concretização da implementação, nem a certificação, nós conseguimos, porque nos apropriámos do sistema, que se enraizou desde o início na casa”.

Para o responsável pela implementação do sistema no CAST, “a certificação é importante e o reconhecimento via certificação é importante,



não pode ser escondido, mas o mais importante para a instituição é o reconhecimento na comunidade pelo conhecimento que tem do serviço prestado”, pelo que “a certificação não é um fim, é um objetivo, mais importante são os procedimentos”.

Com os procedimentos de qualidade implementados, a instituição olha já as necessidades que advêm das listas de espera nas quatro respostas à terceira idade.

“Temos um projeto para aumentar a capacidade nas diversas respostas. Aqui para o Lar queremos aumentar para 80 camas, que é o máximo permitido. Na área infantil o projeto passa por dar melhores condições às crianças e, para o antigo lar, temos um projeto para criar residências assistidas, se entretanto a necessidade não reclamar outra coisa”, revela Pedro Marques, deixando uma garantia: “O edifício vai crescer e vai haver uma remodelação do espaço atual, porque só três quartos têm casa de banho privativa e a intenção é que todos tenham. Também aqui a intenção é melhorar a qualidade do serviço”.

Por outro lado, o crescimento do lar tem como propósito ainda a sustentabilidade da instituição, garantido mais economia de escala, principalmente depois do investimento em recursos humanos na área da saúde.

“Nos últimos tempos, passámos a ter enfermeiros a tempo inteiro, médico duas horas por dia, quando era duas horas por semana, e uma psicóloga, que entretanto saiu, mas que é uma vaga que queremos colmatar”, justifica Pedro Marques, asseverando: “Tudo isto traz mais encargos financeiros, mas que o crescimento do lar resolverá, devido à economia de escala que se conseguirá”.

Para o presidente do CAST a situação é clara: “O drama é não podermos dar resposta e daí a intenção de alargar a capacidade para 80. E se fosse para 100 também ficaria completo”.

A instituição tem os projetos elaborados e aprovados, mas Pedro Marques alerta: “Só com financiamento público conseguiremos avançar”.

“É fundamental haver um maior esforço financeiro do Estado para apoiar as IPSS, porque não vale a pena ignorarmos que muitas instituições alertaram que não teriam capacidade para suportar os custos com o aumento do salário mínimo. E é bom que haja consciência disso e do serviço público que as IPSS prestam, que é bem do conhecimento da população. Por isso, é fundamental que houvesse um apoio substancial para que as IPSS possam fazer face aos encargos que têm. Se assim não for, estou certo que em muitos sítios a qualidade do serviço ficará em causa. Aqui faremos tudo para que não aconteça”, assegura Pedro Marques.

Rui Pascoal, por seu turno, duvida que, “em termos de rácios de pessoal que são exigidos para as creches, alguma creche seja financeiramente equilibrada”.

Apesar de não ter sentido diminuição de crianças, a instituição viu as mensalidades decrescerem bastante pelas dificuldades das famílias.

E depois... “Todos os negócios têm incumprimento e o nosso por apoiar, na maior parte dos casos, pessoas desfavorecidas esse incumprimento ainda é maior. No entanto, o serviço não deixa de ser prestado porque há dificuldades financeiras das famílias. Há dívidas superiores a mil euros que estão a ser abatidas aos 20 euros por mês”, afirma Rui Pascoal.

E como seria Tomar sem o CAST?

Enquanto o presidente diz, ironicamente, que “o CAST é a Santa Casa da Misericórdia de Tomar, no sentido em que todos recorrem à instituição”, Rui Pascoal deixa desafio: “Se perguntar no concelho qual é o lar de Tomar toda a gente lhe dirá que é o Lar de S. José e nem somos o maior. Gostaríamos de ser para poder dar mais resposta, mas não é ser o maior que nos move. O que procuramos é ser reconhecidos pela comunidade e, de facto, a comunidade retribui com esse reconhecimento. A história da instituição e, especificamente, do Lar de S. José confunde-se um pouco com a história recente de Tomar”.

ENCONTRO UIPSSDB

Ao Estado compete apoiar as IPSS

Reafirmando a importância do compromisso de cooperação reconhecido na Constituição da República e no Pacto de Cooperação para o Setor Solidário, o presidente da CNIS deixou uma mensagem muito clara no 1º Encontro da União das IPSS do Distrito de Bragança: “Não queremos um Estado cuco que vai pôr os ovos nos ninhos dos outros pássaros”. De resto, a iniciativa saldouse por uma enorme adesão das instituições das Terras de Trás-os-Montes, ávidas de momentos de partilha e debate sobre o trabalho que desenvolvem no dia-a-dia, todos os dias.

«Economia Social, Qualidade e Potencial Humano nas Instituições do Terceiro Setor» foi o tema que encimou o 1º Encontro da União das IPSS do Distrito de Bragança (UIPSSDB) e que reuniu, para um longo dia de trabalho, cerca de 200 pessoas de 51 instituições transmontanas.

Citando o padre Lino Maia, a presidente da UIPSSDB, Paula Pimentel, deu o mote para o Encontro, logo na sessão de abertura: “É muito bom que nos encontremos e que possamos refletir sobre todas estas questões, que não têm uma reflexão linear”.

E, de facto, assim foi. É que, apesar de não ter havido debate ao longo do dia de trabalho, devido a um inultrapassável atraso logo no arranque do evento, ao longo dos diversos painéis a numerosa audiência pode tomar contacto com diferentes visões e experiências de relevante interesse para a atividade que desenvolvem nas respetivas instituições, seja como dirigentes, como técnicos, ou como colaboradores.

Sendo este o primeiro encontro das instituições sociais do Nordeste Transmontano, o presidente das CNIS, depois de fazer uma breve abordagem ao momento atual do Setor Social Solidário, aproveitou para reforçar a mensagem de que é necessário reafirmar a identidade “única na Europa” das IPSS, deixando, no final, três desafios aos presentes.

“Estamos bem na Economia Social, mas não nos confundimos nem nos diluímos na Economia Social”, começou por afirmar o padre Lino Maia, sublinhando: “Não queremos um Estado cuco que vai pôr os ovos nos ninhos dos outros pássaros”.

Recordando a importância do Pacto de Cooperação para o Setor Solidário, assinado em 1996, onde “o Estado reconhece a característica do Setor Social Solidário e o histórico de bem fazer das IPSS”, o presidente da CNIS foi claro ao apontar responsabilidades: “Ao Estado compete apoiar as IPSS, mesmo que elas não precisassem. O Estado não pode deixar de apoiar as pessoas. Ao Estado compete suprir as necessidades quando não há quem o faça, mas quando há quem o faz, e bem, ao Estado compete apoiar e estimular”.

Por isso, o padre Lino Maia, reafirmando a recusa de um “Estado cuco”, alertou para “o perigo de diluição do Setor Social Solidário na



Economia Social”, reafirmando que “a estratégia da CNIS e das IPSS é a cooperação”.

“O Pacto é o reconhecimento do rumo a seguir e é bom que não seja invertido”, sustentou, lembrando que mais de 60% do apoio à infância em Portugal, mais de 70% na área dos idosos e “quase tudo” na área da deficiência é feito por IPSS.

Por tudo isto, “é importante que não nos diluamos na Economia Social”, asseverou, lembrando aos presentes as especificidades do Setor Social Solidário: “O nosso espaço é o social, a nossa qualidade é a solidariedade, o nosso produto é o serviço público, a nossa estratégia é a cooperação e a nossa filosofia são os envoltimentos”.

Para o líder da CNIS, “o que individualiza o Setor Social Solidário é a solidariedade” e, por isso é que as instituições procuram a qualidade: “Não para vender mais, mas para servir melhor as pessoas. Temos que fazer e não esperamos que os outros façam, pois é a sorte do outro, em especial dos mais carenciados, que



determina a nossa ação. E por isso não queremos um «Estado cuco», que possa ter a tentação de deixar de prestar a atenção que tem de prestar a este Setor e julgar que todas as competências na prestação de serviços são das autarquias. Estamos atentos e penso que conseguiremos evitar esse risco”.

Antes, já Eleutério Alves, tesoureiro da CNIS e provedor da Santa Casa da Misericórdia de

Bragança, havia defendido a mesma ideia.

“Fala-se muito de Economia Social, mas nós somos a Economia Solidária”, sustentou, alertando os presentes: “As IPSS são independentes e autónomas do Estado, prestam serviço público e não são empresas sociais. Não devemos nunca abdicar da nossa autonomia”.

Eleutério Alves sublinhou, de seguida, “o contributo relevante das IPSS para o desenvolvimento local e como geradoras de emprego” e lembrou que as 124 instituições do distrito de Bragança “transferem para a economia familiar dos colaboradores 2,5 milhões de euros por mês”, num total de “35 milhões de euros por ano”.

No final da sua intervenção, o presidente da CNIS deixou três desafios aos participantes do 1º Encontro da UIPSSDB.

“É importante que nos juntemos para pensar o futuro. É necessário fazer o mapeamento das respostas, dos equipamentos e das necessidades, das já respondidas e das novas, e por isso vamos procurar encontrar-nos mais vezes”, começou por dizer, lançando um segundo desafio: “É preciso aprofundar o trabalho em rede e partilhar o que temos com as outras instituições. Com a partilha, até de recursos humanos, poderemos chegar melhor e a mais pessoas, mas é preciso que haja comunhão entre as instituições”.

Por fim, o padre Lino Maia desafiou os presentes a introduzirem a “igualdade” na linguagem quotidiana.

“Nós somos os grandes promotores da igualdade, não do igualitarismo, e a promoção da igualdade é a promoção do desenvolvimento. Por isso, vamos introduzir no nosso diálogo a promoção da igualdade”, sustentou.

Na sessão de boas-vindas, Paula Pimentel justificara a realização do 1º Encontro da UIPSSDB com a necessidade de “analisar, debater e refletir o futuro das IPSS” e ainda de reclamar mais atenção por parte das entidades estatais para as especificidades das IPSS do Nordeste Transmontano, desafiando os decisores a “conhecerem melhor a realidade de cada uma das instituições e perceberem o quão importante é o trabalho e o desafio que têm no dia-a-dia, porque as necessidades e os pedidos vão mudando de momento para momento, de dia para dia”.

CONCLUSÕES

O restante dia de trabalho foi coligido de forma bastante pormenorizada nas Conclusões, que Jorge Novo, vice-presidente da UIPSSDB, elaborou e apresentou no final do Encontro.

Assim, no primeiro painel – «Novas Fontes de Financiamento para o 3.º Setor» – foi dado ênfase à valorização dos colaboradores e, relativamente às novas tecnologias, insistiu-se na necessidade da qualidade dos sites das IPSS, “que devem ter mais números e não tanto fotografias”, sem descurar a orientação de que “não se deve pedir dinheiro para as instituições, mas para iniciativas concretas”, defendeu Maria Manuela Miguel, da consultora F3M.

Por fim, Fernando Zava, da Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, apresentou o projeto SAD para Demências, sublinhou a importância de um “planeamento antecipado” e de “estar



informados de todas as candidaturas existentes como fator chave para os casos concretos de candidaturas”.

De forma sintética, no segundo painel, foi partilhado um conjunto de boas práticas de IPSS do distrito de Bragança, utilizadas para a «Inovação e Empreendedorismo», todas elas premiadas, sendo reconhecida, em todas elas, a importância de conhecer e reconhecer o meio onde se está inserido, o trabalho de envolvimento com a comunidade e que “as boas práticas devem ser continuadas para além do apoio financeiro conferido pelos projetos”.

No decorrer do terceiro painel, subordinado ao tema «Qualificação dos Serviços e Capacitação dos Dirigentes», os contributos de reflexão apontaram para a atenção e o cumprimento da legislação e das normas e para um perfil de dirigente que vai para além dos livros e das teorias académicas, pois apesar de tudo ainda se verificam muitos falhanços nos projetos de sistema de gestão, apesar das competências na legislação laboral, comunicação e liderança, financeira, fiscal, etc.

Assim, Patrícia Monteiro, do Departamento Técnico da CNIS, sugeriu um perfil que deve assentar em seis ideias-chave: Identidade (o que é uma IPSS, a visão, a missão, etc.); Pessoas (colocá-las no topo das prioridades e respeitar a sua dignidade); Equipa (comprometimento, empenhamento e alinhamento com a instituição); Liderança (dirigentes voluntários que devem ter uma liderança democrática, mas que não devem abdicar nem confundir o seu papel); Informação (onde os diretores técnicos são o fator mais decisivo e quem assegura tantas vezes o funcionamento da instituição); e Conhecimento (da legislação, do setor, do trabalho desenvolvido pelas outras IPPS, da organização, do planeamento, da antecipação e da verificação, não descurando uma visão sistémica).

Por fim, Patrícia Monteiro deixou um desafio: “Devemos colocar-nos no lugar do outro para fazermos bem o bem”.

Por fim, no quarto painel, em que se abordou



«O Futuro das IPSS em Portugal», foram suscitadas reflexões na órbita dos desafios colocados às instituições, nomeadamente, “o contexto de atuação mais complexo, as maiores dificuldades financeiras das famílias e a viabilidade económico-financeira mais difícil”.

Carlos Medeiros, da IPI Consulting Network, deu ainda grande relevância para o futuro das IPSS à “viabilidade económica e financeira”, à “procura de protocolos e parcerias com empresas no âmbito da promoção da responsabilidade social” e ainda à “complementaridade entre si e com a sociedade civil”.

No final, a presidente da UIPSSDB mostrava-se muito satisfeita, afirmando que “os objetivos foram cumpridos e as expectativas largamente superadas”.

“Conseguimos reunir muitas associadas e algumas não associadas, que pretendem associar-se num futuro próximo, e o facto de, apesar de terminar mais tarde do que o previsto, as pessoas se terem mantido até final demonstra que as intervenções foram de encontro ao que estavam à espera de encontrar”, sustentou Paula Pimentel, que olha já o futuro: “Agora vamos repensar o formato, porque quisemos dar oportunidade de incluir várias associadas o que levou a que os horários resvassem. De facto, só faltou tempo para debate, mas fica para o próximo encontro”.



PRÉMIO FNAS

Valorizar quem combate os problemas ligados ao álcool

No sentido de dar visibilidade ao trabalho feito no âmbito dos problemas ligados ao álcool, nomeadamente no contexto da Educação e da Intervenção Social, Comunitária e Autárquica, contribuindo para a prossecução das metas traçadas no Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências (PNRCAD), o Fórum Nacional Álcool e Saúde (FNAS) decidiu instituir um prémio, que no próximo dia 12 de dezembro terá a sua primeira edição, com a distinção dos premiados.

O auditório dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa serão palco da cerimónia, que, para além da entrega dos prémios, será composta por uma tarde de trabalho em torno do tema «Boas práticas na intervenção nos Problemas Ligados ao Álcool (PLA)».

Estão previstas uma Mesa de Abertura, presidida pelo coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e presidente do FNAS, João Goulão, a apresentação dos dados nacionais, por Casimiro Balsa, do CICS-NOVA, e ainda uma mesa redonda de enquadramento das áreas do Prémio FNAS, com as participações de

Margarida Gaspar Matos («A prevenção dos PLA em contexto escolar»), Maria João Quintela («O papel das organizações não-governamentais na prevenção dos PLA») e Paulo Louro («Os territórios preventivos – o papel das autarquias na prevenção dos PLA»).

A criação do Prémio Fórum Nacional Álcool e Saúde («Prémio FNAS») elege como objetivo dar destaque a entidades que, não tendo assento no Fórum, desenvolveram trabalho de relevo no biénio anterior ao ano de lançamento (2014-15), no âmbito dos problemas ligados ao álcool.

A atribuição do «Prémio FNAS» é uma iniciativa conjunta da Direção-Geral da Educação, CNIS, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, no âmbito do Fórum Nacional Álcool e Saúde.

O Fórum Nacional Álcool e Saúde agrega 74 entidades que aderiram a uma carta de compromisso que define um conjunto objetivos com base nas grandes metas do PNRCAD no que ao álcool diz respeito. Essa carta de compromisso define o modo de funcionamento do FNAS, nomeadamente a obrigatoriedade de as entidades

que o integram terem uma dimensão nacional e assumirem um compromisso de ação individual ou em parceria através do qual contribuam para o cumprimento das metas traçadas.

Dada a sua natureza, ao FNAS só têm acesso entidades com representatividade a nível nacional. Todavia a intervenção local, representando igualmente um nível de extraordinária importância por através dela ser possível ter em conta as particularidades das comunidades intervenientes, não recebe o devido destaque. Por se reconhecer a importância de trazer a público as intervenções de menores dimensões, mas importantes para estes contextos, o FNAS considera-a uma das suas prioridades e daí instituir o prémio cuja primeira edição agora conhecerá os primeiros distinguidos.






ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL

MAIS DE 3000 INSTITUIÇÕES CLIENTES



Em 2016 a FORMAÇÃO CERTIFICADA F3M já ultrapassou os 2000 PARTICIPANTES

+ Informações em www.f3m.pt

PROCESSOS CHAVE

- IMOBILIZADO
- UTENTES
- SÓCIOS
- RECURSOS HUMANOS
- CONTABILIDADE
- STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS
- ESCALAS DE SERVIÇOS
- TESOURARIA
- SALÁRIOS
- APDIO DOMICILIÁRIO
- VIATURAS
- MAILING

ÁREA SAÚDE

- UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
- CLÍNICA INTERNAMENTO
- PROCESSO CLÍNICO
- BLOCO OPERATÓRIO
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA

PÓRTAL SOCIAL

- DIREÇÃO
- FUNCIONÁRIOS
- RESPONSÁVEIS DOS UTENTES
- LIVRO DIGITAL "MEMO"

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

SOLUÇÕES WEB
PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO
(DL n.º 172-A/2014)

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



Valores que crescem contigo.

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Portugal ainda não dá condições para opção por vida autónoma

As opções de vida da maioria das pessoas com deficiência resumem-se à dependência da família ou a viver numa instituição, muitas vezes um lar de idosos, algo que associações e ativistas criticam, defendendo liberdade de escolha.

A realidade destas pessoas em Portugal está ainda longe do ratificado na Convenção Internacional, que determina que os países devem assegurar que as pessoas com deficiência escolhem como, onde e com quem vivem, bem como os serviços e os apoios de que precisam.

Da conversa com vários interessados no tema, a conclusão é a de que as pessoas com deficiência em Portugal não têm como ser autónomas e estão obrigadas ou a viver no seio da família, caso esta tenha as condições económicas necessárias, ou a recorrer à institucionalização, muitas vezes em lares de idosos.

O professor e investigador Fernando Fontes, autor do ensaio “Pessoas com Deficiência em Portugal”, explicou que estas são atualmente as únicas duas opções, já que a “grande aposta em Portugal, e sobretudo desde 2010, tem sido os lares residenciais e não as residências autónomas”.

“Entendemos que estas pessoas não devem ser obrigadas a esta situação só porque é a única solução que existe”, defende, por seu lado, a Associação Portuguesa de Deficientes, segundo a qual “ainda não se criaram as condições para que as pessoas com grandes incapacidades possam ter uma vida autónoma”.

Situação pela qual passou e está a passar Eduardo Jorge, ativista por uma Vida Independente, mas sobretudo pela liberdade de escolha e por poder decidir como quer viver, sem estar limitado às decisões que os outros tomam por si.

Tal como explicou à Agência Lusa, é tetraplégico desde os 28 anos, devido a uma lesão na medula, tendo 90% de incapacidade, o que faz com que precise de “apoio para quase tudo”, como seja

vestir-se e despir-se, posicionar-se na cama, fazer a higiene diária ou transferir-se da cama para a cadeira de rodas.

Sendo um dos rostos mais visíveis da luta por uma filosofia de Vida Independente, e “contra a institucionalização compulsiva levada a cabo” em Portugal, viu-se obrigado a ir viver num lar de idosos por não ter condições financeiras para pagar a cuidadores.

Admite que teve a sorte de ser colocado num “lar exemplar”, onde inclusivamente lhe arranjaram trabalho como assistente social, mas não consegue esconder que tem sido uma adaptação muito difícil, num local criado “para ser a última morada de quem o procura”, obrigado a conviver com “demências graves e a deterioração humana”.

“No lugar de continuar a institucionalizar-nos compulsivamente e pagar valores altos por isso às instituições, o Estado atribua-nos esse valor permitindo-nos contratar assistentes pessoais ou o serviço de apoio domiciliário que vá ao encontro das nossas necessidades”, reclama.

Na opinião do investigador Fernando Fontes, os valores dos apoios sociais pagos pelo Estado às pessoas com deficiência “são ridículos” quando comparados com as participações pagas às instituições sociais.

Segundo fonte oficial da Segurança Social, o Estado paga 984,25 euros por cada pessoa com deficiência que está num lar residencial ou 499,03 euros por cada utente que frequenta um Centro de Atividades Ocupacionais.

Já os valores médios mensais em 2015 dos apoios sociais variam entre 131,11 euros do complemento de dependência ou 189 euros do subsídio mensal vitalício, ao qual acresce o complemento extraordinário de solidariedade cujo valor médio mensal foi de 84 euros.

Valores que, embora baixos, Eduardo Jorge não recebe porque tem um ordenado superior a 600 euros mensais, apesar de 75% desse ordenado ser

para pagar o lar de idosos onde vive.

Para Fernando Fontes, há uma explicação para que os valores das participações pagas às instituições sejam muito superiores aos valores dos apoios sociais pagos às pessoas com deficiência ou às suas famílias: “Creio que o lobby das instituições em Portugal é muito grande”.

“O Estado sempre delegou muito na sociedade civil e prefere pagar às instituições os serviços e não os pagar diretamente. Isso fez com que o número de instituições tenha crescido imenso e logo o lobby é muito grande”, defendeu o investigador.

Para a presidente da Associação Portuguesa de Deficientes, Ana Sesudo, é necessário que as pessoas com deficiência possam “ter acesso [à educação] em igualdade com outros cidadãos, ter acesso a informação e a integrar o mercado de trabalho de forma a ter acesso a um ordenado que pudesse possibilitar uma independência económica e fazer face às despesas da sua vida”.

Para dar a tão pedida independência, surgiu em Lisboa um projeto-piloto de Vida Independente, a funcionar desde março de 2015, com cinco participantes com deficiência e quatro assistentes pessoais.

Entretanto, esperam pela conclusão das obras das casas municipais que estão a ser adaptadas para pessoas com deficiência.

Para Diogo Martins, presidente da associação que gere o projeto-piloto, a filosofia da Vida Independente traz liberdade em relação à família, mas também a conquista do poder de decisão, conseguindo autonomia na gestão do dia-a-dia.

Eduardo Jorge não tem dúvidas em afirmar que este é o melhor modelo, apontando que “é a diferença entre o decidir onde, como, e com quem viver, ou continuar a ser enclausurado”.

“É o poder decidir algo tão básico, como por exemplo a que horas quero levantar, deitar, tomar banho? e para isso basta ter alguém que seja os meus braços e as minhas pernas”, apontou.

ACOLHIMENTO

Lusos recetivos aos refugiados e receosos quanto aos imigrantes

A atitude da Europa face a imigrantes e refugiados evoluiu positivamente de forma geral entre 2002 e 2014, salientaram investigadores sociais, que lamentam a ausência dessa realidade na imprensa.

No âmbito da apresentação de um estudo europeu sobre atitudes perante refugiados e imigrantes, várias vezes foi focado o facto de que comparando dados de um estudo idêntico feito em 2002/03 com o de 2014/15 há em termos gerais na Europa uma atitude mais positiva.

O estudo mostra, por exemplo, que Portugal é o país que revela maior abertura ao acolhimento de refugiados, mas é um dos que mais se opõe à imigração.

“Há uma tendência na Europa, e em Portugal, para uma atitude mais positiva quando aos imigrantes”, contrapôs Jorge Vala, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa

e da comissão que em Portugal realiza o estudo (European Social Survey).

E acrescentou, ainda sobre o estudo, que se nota uma tendência para diminuir a percepção de que os imigrantes são um perigo económico e para a segurança, havendo, por outro lado, uma tendência para um ligeiro aumento na visão de que os imigrantes são uma ameaça à cultura e identidade.

Alice Ramos, também do ICS, defendeu igualmente que o inquérito revela uma maior abertura à imigração e menor ideia de que os imigrantes são uma ameaça e também uma maior abertura ao acolhimento de refugiados.

Salientou a especialista (citando nalgumas frases Jorge Vala), que é errado pensar-se que não há crenças racistas nesta matéria. O que há é “normas antirracistas que protegem os grupos”, disse.

“Não posso dizer que um negro é menos

inteligente, digo antes que há negros que têm características diferentes”, exemplificou, acrescentando: “o racismo evolui, vai-se adaptando às normas e vai coexistindo com a democracia”.

Jorge Vala falou também das “percepções erradas”, que devem ser desmontadas, como a que leva a associar imigração e criminalidade ou perigo económico (ficar sem os empregos), quando “estudos mostram que não se pode fazer essa associação”.

E alertou para outra situação: não sendo negativas, as atitudes face à imigração encontram recetividade em lideranças políticas com uma agenda de posição anti-imigração.

“E o eco na imprensa apresenta como consensual uma posição que não é maioritária”, e a expressão da extrema-direita, salvo em dois países europeus, “não é tão grande quanto os títulos, capas de jornal e artigos fazem pensar”, disse.

ASSEMBLEIA GERAL

Solidariedade não pode diluir-se no todo da Economia Social

Reunida em Assembleia Geral, a CNIS afirmou a recusa à perda de identidade das IPSS e à descaracterização do Setor Social e Solidário. O plenário transmitiu à Direção o apoio unânime para combater aquilo que o padre Lino Maia considerou como o perigo de “diluição do Setor Social Solidário no contentor da Economia Social”. Para o presidente da Confederação, “se a solidariedade caminhar para a diluição acaba a missão das IPSS”.

A Assembleia Geral da CNIS, que decorreu em Fátima, foi unânime em refutar as intenções de agregar todas as entidades da Economia Social em uma única organização, processo que está a ser liderado pela CASES.

“Temo que em Portugal se queira diluir a solidariedade”, afirmou o padre Lino Maia, a propósito das movimentações e discussão em curso para a criação de uma Confederação da Economia Social, que a CNIS e as uniões das Misericórdias e das Mutualidades não veem com bons olhos: “Temo que seja demasiadamente abrangente e aí tudo se dilua e sejamos tratados como uma qualquer coletividade de cultura e recreio ou uma associação humanitária de bombeiros voluntários, com todo o respeito que estas entidades nos merecem. No entanto, nós não somos isso”.

O presidente da CNIS já por diversas ocasiões se mostrou apreensivo com esta situação, em especial desde que, em Maio último, no fórum «Portugal Economia Social», que decorreu na FIL, em Lisboa, foi lançada a ideia de um congresso já para o próximo ano.

“No âmbito do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) já foi anunciada a realização de um Congresso da Economia Social para 2017. Ora, esta iniciativa já está em marcha e a intenção é que seja um congresso fundacional de uma organização de toda a Economia Social”, revelou o padre Lino Maia, para de seguida afirmar perentoriamente: “O nosso espaço também é o social, mas nós não somos como os outros. O nosso espaço é o social, a nossa qualidade é a solidariedade, o nosso produto é o serviço público, a nossa estratégia é a cooperação e a nossa filosofia são os envolvimento. Nós vamos apoiar o congresso, mas gostaria que refletíssemos no sentido de nos afirmarmos e que estes eixos estejam muito claros”.

E nesse sentido, para o presidente da CNIS, será “muito difícil aceitar esse caminho”, porque “se a CNIS caminhar para a diluição acaba a nossa missão”.

E a CNIS não está sozinha nesta posição, como referiu o padre Lino Maia: “Já há um consenso com a União das Misericórdias e com a União das Mutualidades para que não entremos num



contentor da Economia Social, onde não se percebe quem é quem”.

O presidente da CNIS foi acompanhado neste propósito pelas instituições presentes na Reunião Magna, com alguns representantes a pronunciarem-se favoravelmente.

“Não aceitamos a unicidade na questão da Economia Social” ou “há uma campanha a ser feita contra as IPSS” foram algumas das ideias deixadas pelos representantes das instituições presentes, tal como alguma contestação ao Decreto-lei 172-A/2014, que acusaram de ter “nacionalizado” as IPSS.

Sobre o assunto, a presidente da Assembleia Geral, Manuela Mendonça, disse: “As coisas estão a mudar e todos sabemos que a CNIS não se pode deixar ultrapassar, por isso, se for necessário, não nos limitaremos às Assembleias Gerais ordinárias e tentaremos fazer luz sobre o assunto e diremos que somos a força da CNIS e que



não nos deixaremos enganar”.

Ainda sobre este tema, e na sequência da intervenção do representante de uma instituição a propósito da autossustentabilidade das IPSS, o padre Lino Maia lembrou que a reboque da “bonita, mas inócua” Lei de Bases da Economia Social poderá querer-se rumar para um modelo

de autossustentação das instituições, o que a CNIS recusa liminarmente.

“O Estado tem obrigações muito fortes nesta área. Não pode querer transferir tudo para as instituições e depois dizer para elas se desenrascarem e daí lavar as mãos. É que a propósito de sermos Economia Social pode caminhar-se para a autossustentação, mas esse não é o caminho”, asseverou o líder da CNIS, que revelou outra preocupação, que entronca nesta matéria: os concursos para novos Acordos de Cooperação.

Está agendada para o início de dezembro nova reunião da Comissão Permanente do Setor Social Solidário a fim de abordar a questão dos concursos para novos Acordos de Cooperação, anunciados pelo Governo recentemente.

Temendo que “o Setor Social Solidário se dilua” no vasto e diversificado conjunto de famílias que integram a Economia Social, o presidente da CNIS anunciou que irá bater-se para que três regras sejam respeitadas em defesa das Instituições Particulares de Solidariedade Social: “Que às políticas sociais sejam apenas as IPSS a concorrer; que seja respeitada a proximidade; e que seja respeitado o histórico da instituição”.

Sem rodeios, o padre Lino Maia afirmou: “Esta questão tem que ser aprofundada para ser consistente, mas não abdicarei destas três regras”.

E o líder da CNIS explicou porque será intransigente na sua defesa: “Se não forem bem definidas estas regras qualquer um pode concorrer e, no caso das políticas sociais, deve haver exclusividade para as IPSS. Se assim não for e se cedermos neste ponto esta realidade única na Europa pode acabar. Depois, nós somos instituições de proximidade, mas pode haver o risco de as grandes instituições arrebatarem tudo. Por fim, tem que ser levado em conta o histórico da instituição para que evitemos os compadrios”.

DOCUMENTOS APROVADOS

A Reunião Magna começou com a apresentação e aprovação do Programa de Ação e do Orçamento para 2017, com ambos os documentos a registarem apenas uma abstenção, tendo sido votados favoravelmente pelas demais 153 instituições credenciadas.

Na sequência da discussão do Programa de Atividades, a Assembleia Geral votou por unanimidade e aclamação a moção proposta por Alfredo Cardoso, da Associação Santa Maria, de Braga, no sentido de a CNIS repudiar a não priorização da Economia Social por parte da Comissão Europeia no seu programa para 2017.

«1º - Considerando o alheamento a que a Comissão Europeia, mais uma vez, votou a Economia Social; 2º - Considerando que, mais do que nunca, as sinergias internacionais são decisivas para o combate à pobreza, ao acolhimento e à identificação de novos problemas sociais; a Assembleia Geral da CNIS, reunida em Fátima, no dia 19 de Novembro de 2016, não pode deixar de manifestar o seu repúdio por este alheamento em relação ao Terceiro Sector na Europa, por parte da Comissão Europeia, e simultaneamente recomendar uma sensibilização social em alternativa às políticas asfixiantes do sector financeiro», foi o texto votado favoravelmente por unanimidade e aclamado.

O vasto consenso que a moção congregou



espelha bem o sentimento que a Assembleia Geral exprimiu no debate sobre as questões relacionadas com a Economia Social e as vias que se perspectivam para o futuro que, no entender das instituições e da Direção da CNIS, poderão colocar em perigo a existência das IPSS e o serviço público que prestam.

Relativamente a outros assuntos, o presidente da CNIS deixou algumas informações de interesse para as instituições, com destaque primeiro para a abertura do período de candidaturas para compensação remuneratória dos educadores de infância da Rede Solidária. Assim, desde o passado dia 18 de novembro até 30 de dezembro, as IPSS interessadas devem remeter o seu pedido, estando fixado o período entre os dias 1 e 30 de janeiro de 2017 para eventuais reclamações.

O padre Lino Maia informou ainda que têm chegado à CNIS várias preocupações relacionadas com o Fundo de Socorro Social e lembrou que “todos os pedidos requerem o aval da CNIS, que nenhum ainda foi recusado, mas que tal aval não significa a automática atribuição de verba”.

O líder da CNIS recordou que, em caso de recusa, no ano seguinte as instituições têm que renovar o pedido e deixou uma crítica: “Os critérios, apesar de definidos, são um bocado elásticos pelo que há situações que não se entendem muito bem”.

A propósito de uma questão levantada pelo

representante do Centro Social e Polivalente da Freguesia de Murte, em Cantanhede, sobre a exigência que o Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra está a fazer para que a instituição licencie o jardim-de-infância, o assessor jurídico da CNIS foi bastante claro na oposição a tal exigência.

“O parecer da CNIS é que não tem que haver lugar a licenciamento”, começou por dizer Henrique Rodrigues, acrescentando: “A CNIS já chegou a entendimento com o Governo para que não haja licenciamento. A lei atual não exige o licenciamento, apesar de alguns Centros Distritais da Segurança Social e Direções Regionais de Educação acharem o contrário”.

A CNIS volta a reunir em Assembleia Geral ordinária no dia 25 de Março de 2017.

PADRE JOSÉ MAIA

jose.maia@cic.pt

Direitos Sociais na Constituição da República

Num tempo em que muitos dos nossos atores políticos se agasalham debaixo da Constituição para prometerem tudo a alguns, deixando outros (a imensa maioria) com muito pouco, torna-se necessário e urgente recordar a quem nos governa (seja de que partido for) os seus deveres constitucionais na hora de legislar e preparar o orçamento, designada e nomeadamente, tendo em conta os seguintes direitos constitucionais:

“O sistema de segurança social protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho” (ponto 3 do artigo 63º);

Incumbe ao Estado para proteção da família ... “promover a criação e manter o acesso a uma rede nacional de creches e de outros equipamentos sociais e de apoio à família, bem como uma política de terceira idade” (alínea b) do ponto 2 do artigo 67º);

Incumbe ao Estado “promover, através da concertação das várias políticas setoriais, a conciliação da atividade profissional com a vida familiar” (alínea h) do ponto 2 do artigo 67º);

“As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia

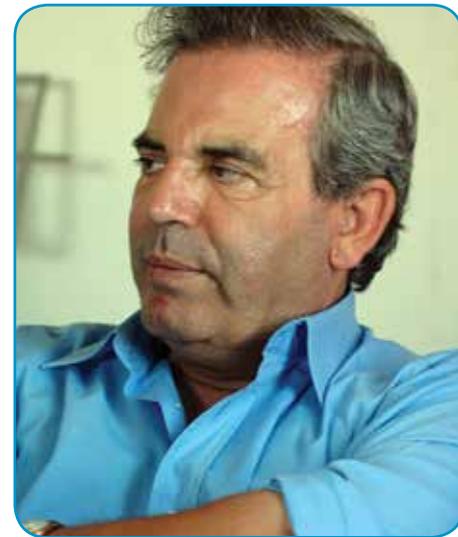
pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social” (ponto 1 do artigo 72º).

Entre nós fala-se muito, e bem, na proteção dos direitos adquiridos. Porém, quem se preocupa com o “direito a adquirir direitos”, por parte de tantos concidadãos nossos que “passam a vida em lista de espera” para todas as oportunidades a que concorrem sem nunca se verem admitidos por ninguém?

Para uns, há reversões para repor direitos congelados!

E para os milhões de portugueses que não fazem parte da lista dos felizardos protegidos com a reversão de direitos, que soluções pensam os governantes adotar para lhes garantirem o elementar “direito à igualdade de oportunidades”?

Há muito que Portugal era conhecido por ser o país europeu com maiores desigualdades sociais! Acaba de ser publicado um estudo feito em 16 países europeus com a preocupação em saber que percentagem dos seus cidadãos, nos últimos anos, se sentiram felizes! Pois bem: entre os 16 países, 50,8% dos cidadãos com mais de 50 anos fazem um balanço de vida muitas vezes feliz. Portugal é a exceção: apenas 26,9% dos portugueses inquiridos se dizem felizes, uma vez que vivem mal, com pior saúde, com menos dinheiro!



Isto não nos faz pensar no modelo de desenvolvimento económico e social que tem sido aplicado em Portugal?

Num tempo em que milhões e milhões de euros dos nossos impostos estão a ser desviados para resolver problemas do sistema bancário, a opinião pública começa a dar sinais de incompreensão e revolta latente em face de políticas que, com demasia facilidade, se abrem à nacionalização dos prejuízos, deixando que o capitalismo selvagem continue a apropriar-se dos lucros!

Diante das injustiças, o clamor dos mais pobres deve ser escutado com respeito por aqueles que foram eleitos pelo povo para lhes garantirem acesso a todos os direitos sociais protegidos pela Constituição.

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA

ajsilva@sapo.pt

Quando as eleições podem ser um “perigo”

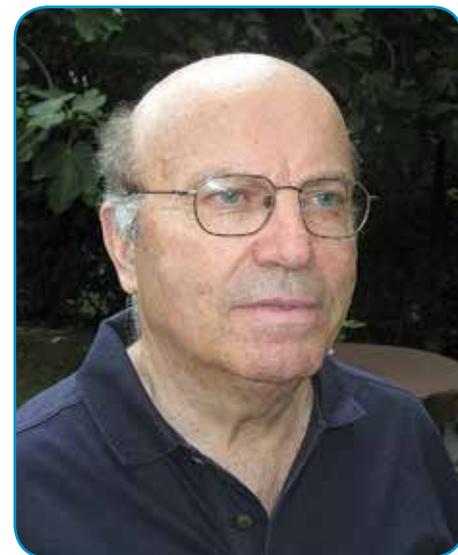
Alguém disse que, na organização política de uma sociedade, a democracia é sempre o menor dos males. Na mesma linha de pensamento, também se poderá afirmar que, em democracia, as eleições também serão sempre o menor dos males. Porque uma coisa é certa: é de todo impossível conceber a democracia sem eleições.

Vem isto a propósito das ainda recentes eleições norte-americanas, dos seus resultados e das reacções a esses resultados, reacções que foram de incredulidade para muitos e de receio para outros tantos. De incredulidade, porque, pelo menos à primeira vista, ninguém foi capaz de prever a vitória do candidato republicano, tal quantidade e a violência dos ataques a que este se sujeitou. Por culpa própria, acrescentasse. De receio, porque Donald Trump fez questão de utilizar, durante a sua campanha, um estilo e uma linguagem aparentemente incompatíveis com as responsabilidades políticas e morais do líder de uma potência como os Estados Unidos.

A incredulidade de muitos americanos perante

os resultados transformou-se mesmo em raiva, e esta em cenas de violência difíceis de compreender num país democrático e no quadro de umas eleições cuja legitimidade ninguém pôs em causa. O facto de o número global de votos de todos os americanos ser menos decisivo para o resultado final do que o número de votos dos grandes eleitores de cada um dos estados em que se divide o país é apenas um pormenor do sistema eleitoral americano que todos conhecem antes de irem às urnas. A frustração entende-se, mas resulta sobretudo da certeza quase cega de que Trump seria derrotado. Uma certeza que era, acima de tudo, fruto de um desejo difícil de conter.

Estas eleições acabaram assim por ser transformar num perigo para o país, porque este ficou mais profunda e arriscadamente dividido, pelo menos nos próximos tempos. Os mais pessimistas dirão mesmo que o resultado pode constituir um perigo para o mundo, porque, apesar de todas as críticas que se fazem aos Estados Unidos, o mundo precisa de uma América forte e respeitada, e isso passa também pela figura do seu presidente.



É verdade que depois de eleito, e como acontece em muitos casos, o novo presidente suavizou o seu discurso e já recuou em algumas das suas promessas mais radicais, mas já é muito difícil restabelecer o clima de tranquilidade e de esperança que, apesar de tudo, se ia mantendo no mundo. Pode ser que, face aos desafios da sua função presidencial, Donald Trump supere os tiques dos “reality shows” em que se especializou. Pode ser que esse exercício lhe dê uma visão mais justa e alargada da liderança do seu país e do mundo. Mas...e se tal não vier a acontecer? Nesse caso, estariam certos os que pensam que, em certos casos, as eleições podem constituir um perigo...

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

O Albergue Espanhol

1 - Viajante habitual pelos montes e pelos vales, pelos rios e pelos mares dessa Galiza que como que prolonga para norte os territórios do antigo Condado Portucalense, que são o meu berço e a partir dos quais se fez Portugal, não me são estranhos os vários Caminhos de Santiago, por onde a Cristandade, ao longo de séculos, desde a Idade Média, peregrinava, a partir de Portugal, de França ou de Inglaterra, ou de outras bandas do Ocidente, ao encontro do Apóstolo patrono das Espanhas, em Santiago de Compostela.

Veraneando pelas Rias Baixas, desde há vinte anos, fico a dever ao processo de integração europeia a abolição das fronteiras, que me permite chegar do Porto a Pontevedra em uma hora e meia, sem dar sequer pela existência dessa fronteira que, há umas décadas apenas, constituía uma epopeia atravessar.

Para além de poder sair de manhã de casa e ir às Rias tomar um banho nessa mesma manhã, o facto de não ter de comprar pesetas, pagando o respectivo câmbio, e poder levantar no multibanco lá do sítio os mesmos euros que estão na minha conta do banco em Portugal, como se os levantasse na esquina da minha rua, ajuda certamente à noção, para mim bem real, de não sair da minha terra, quando saio de Portugal para essa região do nosso país vizinho.

(Para além de a língua que falamos ser a mesma, o galaico-português dos trovadores medievais - língua cujo uso era proibido durante o franquismo, mas que regressou após a transformação democrática liderada pelo Rei Juan Carlos, como marca de identidade da Autonomia Galega, num modelo de regionalização que constitui trave mestra do edifício constitucional espanhol; coisa que não é de somenos, num País que admitiu a Guiné Equatorial na CPLP)

São razões básicas, é certo, as minhas razões para defender a integração e o euro.

Ignorante das subtilezas da economia e alheio ao saber sobre a produtividade e a concorrência, os mercados e a dívida, as taxas de juro e os yields, são razões assim comezinhas, ligadas à melhor qualidade da minha própria vida, que iluminam as minhas convicções.

(Creio que se passará assim com a generalidade dos cidadãos europeus.)

Voltando ao início, e aos caminhos de Santiago (que todos os anos ritualmente percorro, embora de automóvel, em demanda da Libreria Couceiro - nas traseiras da Catedral, passe a publicidade), os séculos e a persistência dos peregrinos fizeram com que, ao longo dos vários percursos, as comunidades locais ou as ordens religiosas tenham colocado à disposição dos peregrinos instalações seguras, para dormida ou refeição.

São os albergues - abertos ao uso indistinto de todas as espécies de peregrinos.

2 - Segundo uma versão mais erudita, a

origem da expressão “albergue espanhol” tem que ver com esses albergues dos Caminhos de Santiago, abertos e ao serviço de todos os passantes.

Há, todavia, uma versão mais pícara, para a origem da expressão - e talvez mais próxima da verdade, atento o sentido algo pejorativo com que é usada no lado de cá da fronteira -, e que a associa às peregrinações portuguesas a Roma, sede da Cristandade, e às más condições e má frequência dos albergues que, em Espanha, serviam essa outra rota de devoção medieval.

(Jerusalém, Roma e Santiago constituam a tríade da devoção peregrina do mundo medieval.)

Ambas as explicações têm, porém, um traço comum: um albergue espanhol é um espaço aberto a todos, onde cabem todos, sem distinções.

(Como sucede, aliás, com os albergues que não são espanhóis - em que a regra é a mesma.)

A expressão veio, no entanto, a adquirir em Portugal um significado político (pejorativo, talvez pela reserva com que, desde a independência, e desde a Restauração, olhamos para os vizinhos do lado), passando a designar uma metáfora de um ajuntamento mais ou menos indistinto e indiscriminado - “tudo ao molho e fé em Deus”.

Como exemplo de albergue espanhol em Portugal, costuma referir-se o MASP I, bem como Bloco Central, que foi, de algum modo, precursor daquele.

Mas uma coisa é própria dos albergues, como dos hotéis, seus sucedâneos: dorme-se lá de passagem, por uma necessidade transitória e comum; mas depois, logo no dia seguinte, cada um vai à sua vida e segue o seu Caminho - de Santiago Apóstolo, ou outro qualquer.

No dia seguinte, já nada persiste de comum entre os passantes da véspera.

3 - Quando dormimos num hotel, é das regras preencher um impresso de admissão, com os elementos de identificação dos clientes.

Essa informação destina-se às autoridades, que assim podem controlar melhor quem dorme fora de sua casa.

A simplificação, a amálgama, o molho, sempre foi um sistema preferido das autoridades, avessas à subtileza casuística das distinções e adversárias históricas das diferenças.

A taxonomia, que procura discernir, como fez Carl Linneus, dentre espécies com alguma conexão, a complexidade que distingue umas espécies das outras, constitui uma regra de uso da ciência; mas um incómodo para as polícias.

Mas o que somos - o que só nós é que somos ... - é o que verdadeiramente importa.

É o que nos distingue e que faz a tribo reconhecer-se na espécie.

Escreveu Reinaldo Ferreira:

“Mínimo sou.
Mas quando ao Nada empresto
A minha elementar realidade
O Nada é só o resto.”

4 - Perguntarão os meus leitores benévolos: mas isto que tem que ver com a realidade portuguesa de hoje?

Que tem que ver com as IPSS?
Pois tem tudo que ver.



ENCONTRO NACIONAL

CAO como está não é solução

“O CAO tornou-se um caos”. A partir desta premissa, a Humanitas (Federação Portuguesa para a Deficiência Mental), a FAPPC (Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral) e a Fenacerci (Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social) promoveram uma inédita e histórica parceria e realizaram um encontro nacional subordinado ao tema «O apoio ocupacional para pessoas com deficiências e incapacidades», na busca de identificar desafios e lançar perspetivas quanto ao futuro da resposta Centro de Atividades Ocupacionais (CAO).

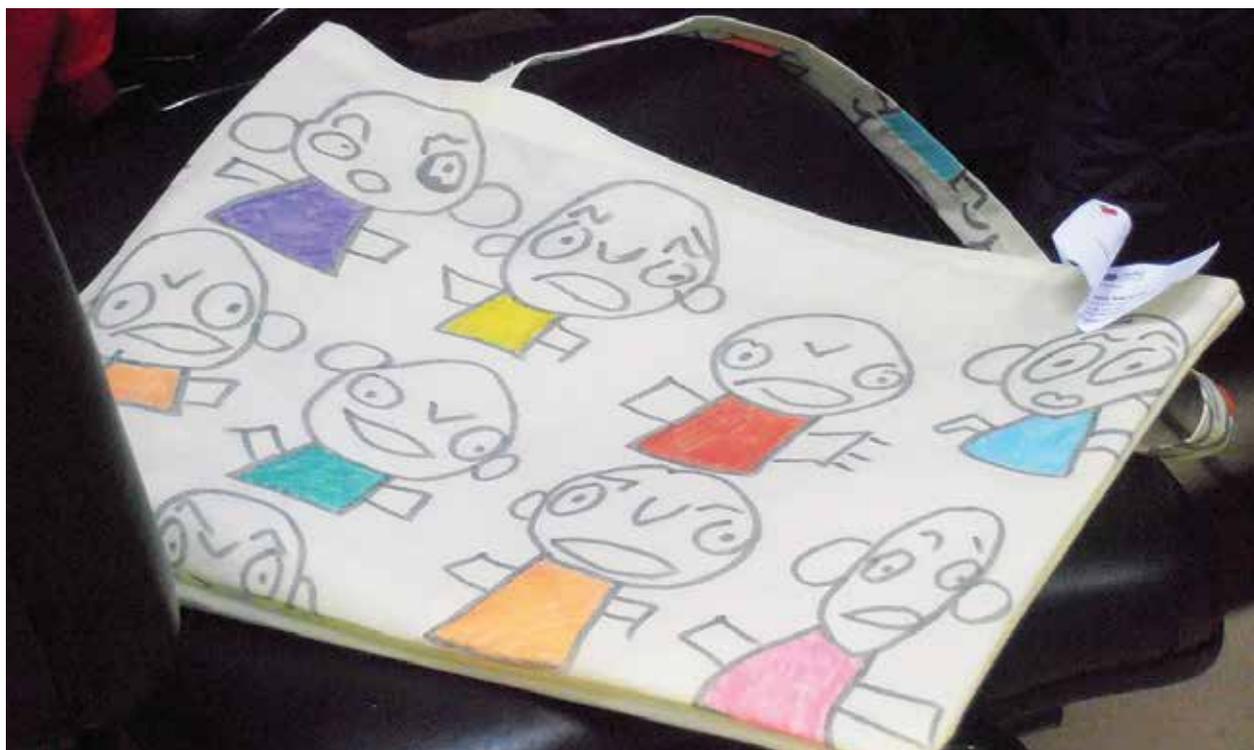
“De facto, o CAO é uma resposta que está constituída, do ponto de vista de organização jurídica, há cerca de 30 anos. É certo que tem sofrido atualizações no seu modelo organizativo e nas respostas que efetivamente prescreve, mas foi também incorporando uma diversidade enorme de pessoas, desde o seu nível etário às suas características, e isso fez com que, ao longo deste tempo, se tenha chegado ao esgotamento deste modelo”, afirma Luís Rodrigues, da Humanitas, justificando o que levou as três federações a realizar o encontro: “Este encontro serviu fundamentalmente para perceber, por um lado, se esta constatação está, de facto, a ser sentida pela globalidade das organizações em todo o País e, necessariamente, para perceber qual o sentido e o sentir das pessoas para que possamos construir saídas alternativas mais estruturadas e mais consentâneas com aquilo que é a necessidade e o sentir global das organizações”.

Assim, na Quinta da Conraria, em Coimbra, onde a APCC (Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra) desenvolve parte da sua atividade diária, os mais de 100 participantes começaram por assistir a uma breve apresentação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, para de seguida se dividirem em quatro grupos de trabalho. O propósito destes grupos era o de debaterem o «Apoio Ocupacional entre o presente e o futuro – fragilidades, potencialidades e oportunidades», cujo enquadramento esteve a cargo de Luís Rodrigues.

Foram muitas as contribuições dos quatro grupos de trabalho, que posteriormente partilharam com o plenário.

A nível das fragilidades foram apontadas, entre outras, o envelhecimento dos quadros técnicos, das famílias e dos próprios utentes; a diversidade da população que frequenta a resposta CAO; escassez de recursos humanos; a falta de flexibilidade da legislação para que a resposta possa ser centrada na pessoa; a resistência dos colaboradores à mudança; ausência de outras respostas para além do CAO; listas de espera enormes; Acordos de Cooperação baixos; ou o duplo diagnóstico.

Por outro lado, os grupos identificaram também diversas potencialidades na resposta que



urge trabalhar para que melhor sirva os utentes, como é o caso do grande «know-how» que existe nas instituições, a vontade de criar parcerias ou a multidisciplinaridade.

Dos quatro grupos de trabalho emanou ainda uma lista de oportunidades a agarrar, como a formação dos profissionais, a uniformização de modelos de intervenção, a partilha que existe entre instituições.

Comum a todos os grupos foi o pedido para que as federações se articulem melhor para melhor pressionarem os decisores.

“Navegamos todos no mesmo mar, mas é necessário remarmos todos para o mesmo lado e de forma coordenada”, disse, no final, Rogério Cação, da Fenacerci.

Esta acaba por ser a principal razão porque Luís Rodrigues considera que o primeiro encontro promovido pelas três federações “extraordinariamente positivo”, porque “fazer parcerias não é fácil”. Apesar de ser algo por todos reclamada, pôr as parcerias em prática é mais complicado, sustenta o dirigente da Humanitas.

“Esta iniciativa foi extraordinariamente bem conseguida, porque, para além de termos uma



representação global de norte a sul do País e termos organizações integradas nestas três federações, com histórias, percursos, sentires, filosofias e ações completamente distintas, conseguimos em conjunto encontrar denominadores comuns que nos fazem, em função disso, perceber que o que nos une é bem mais do que aquilo que nos divide e vai ser em conjunto que vamos ter que encontrar as soluções possíveis para este trabalho”, argumenta, acrescentando: “Nesse sentido, termos as três federações em conjunto, termos filiadas das três estruturas



temos que construir pontos de vista convergentes”, defende Luís Rodrigues.

Colocando de lado um caminho de pensamentos únicos ou de pensamentos não divergentes, o dirigente da Humanitas considera “muito importante que esses diferentes pensamentos se possam tornar em convergência de ação”.

E, para Luís Rodrigues, é através da diferença que caracteriza cada uma das organizações, que se “podem encontrar denominadores comuns e, a partir daí, fazer surgir respostas complementares, diversificadas que têm que sair dos diferentes CAO que existem para que se possam estruturar respostas mais ajustadas, de facto, à necessidade concreta das pessoas que apoiam”.

Com esta meta em mente, o dirigente recorda que tudo começou com “um percurso que foi construindo as organizações”, mas agora as instituições que apoiam pessoas com deficiência estão numa fase em que a necessidade dessas pessoas tem que ter primazia da sua ação



e têm que encontrar respostas que, relevando a primazia da necessidade das pessoas, têm que fazer acontecer nos contextos efetivos, que são as respetivas comunidades.

“Primazia da instituição, primazia das pessoas, primazia dos contextos. É nesta evolução que as respostas têm que ser construídas, criadas e pensadas. É evidente que isto faz integrar sistemas complexos, porque, para além dos profissionais e das organizações, existem também

os sistemas que podem dificultar ou facilitar este caminho”, sustenta Luís Rodrigues, deixando um alerta: “Sabemos que, quando estamos a lidar com organismos públicos, tudo o que sai do standard, do que está normalizado, há muita dificuldade em flexibilizar os processos, em fazer uma resposta mais individualizada, mais de acordo com a necessidade da pessoa. E, por isso, também é um terreno em que temos que trabalhar, percebendo que é, de facto, ligando estas diferentes realidades que vamos conseguir encontrar soluções”.

A terminar, Luís Rodrigues afirma que “CAO muitos mais anos como está, não é possível”, sublinhando: “CAO como está de momento, não é solução”.

Na parte final do encontro de Coimbra, foram, primeiro, apresentados alguns projetos que tentam desbravar caminho neste universo do apoio ocupacional, como foram os casos do «QI – Qualificar para a Inclusão», por Rogério Cação, da Fenacerci, «Apoio Ocupacional e Qualidade de Vida», por Lurdes Fernandes, da Humanitas, e «Modelos de Qualidade de Vida», por Carlos Carona, da FAPPC.

A fechar, a Associação A2000 e a APCC apresentaram dois exemplos de boas práticas no apoio ocupacional já implementados nas respetivas instituições e que, de certa forma, são alternativas ao modelo ultrapassado do CAO.

No final, foi visível a satisfação de todos os participantes, em especial dos dirigentes das federações pelo primeiro passo dado na busca conjunta de melhores soluções para os seus utentes.



e pô-las a trabalhar em grupo de uma forma perfeitamente heterogênea e aleatória, para que fosse possível que todas as sensibilidades e todas as formas de organização aqui pudessem estar representadas, foi uma iniciativa muito bem conseguida”.

Findo o histórico encontro e perante a falência do modelo da resposta CAO, qual o passo seguinte a dar, sendo que agora as cúpulas das três federações têm algo de palpável entre mãos e a responsabilidade de não defraudar o anseio das filiadas para que haja uma maior articulação entre elas?

“Acho que é muito importante que se perceba que nestas áreas todos temos os nossos contactos e as nossas formas de fazer funcionar o sistema, mas era importante percebermos que só se formos capazes de nos unir e de encontrar vozes comuns que nos representem será possível construirmos um caminho mais consolidado e mais consistente. Daí que tenha lançado o desafio para que estas diferentes filiadas percebam que urge exigir que as nossas três federações trabalhem da forma mais articulada, mais estruturada e mais organizada, percebendo que

HUMANITAS

Federação discute Centro de Recursos para a Inclusão

A Humanitas reuniu em Assembleia Geral, em Fátima, tendo aprovado o Plano de Atividades e o Orçamento para 2017.

Finda a Reunião Magna, a Federação Portuguesa para a Deficiência Mental realizou o encontro nacional «CRI – Questões sobre a Prevalência e a aprovação de Apoios», um projeto que a organização está a implementar, no âmbito do Programa Nacional de Financiamento a Projetos pelo INR.

Com este projeto a Humanitas pretende analisar, por agrupamento de Escola, abrangido pelos CRI (Centro de Recursos para a Inclusão) das filiadas da Federação, a adequação do número de alunos propostos para apoio com a aprovação do Ministério da Educação bem como os montantes destinados para cada aluno/intervenção.

O presidente da Humanitas, Luís Correia, abriu a sessão, tendo, de seguida, Paula Proença apresentado um estudo comparativo.

Jerónimo de Sousa, do Centro de Reabilitação Profissional de Gaia,

abordou a temática «O papel dos Centros de Recursos para a Inclusão – Desafios e Oportunidades», a que se seguiu um período de debate. O encontro foi encerrado por Luís Rodrigues, vice-presidente da Federação.

Relativamente ao Plano de Atividades para 2017, entre as muitas iniciativas a desenvolver com as entidades oficiais e outras organizações, como a CNIS, os responsáveis pela Humanitas apostam na implementação de um Gabinete Jurídico para facultar apoio às filiadas, a promoção de um Grupo de Trabalho Técnico, com vista ao estudo de variadas temáticas e dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, com a realização de encontros temáticos nas áreas da intervenção precoce, CRI - Centro de Recursos para a Inclusão, CAO - Centro de Atividades Ocupacionais e Lares Residenciais de Pessoas com Deficiência, Formação Profissional e Emprego, família e tutela, acessibilidade e Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 20 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO
VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



Diferentes empresas da Trivalor SGP, detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

STRONG
Alvará: 41 A - 14121999, 41 C - 14121999, 41 D - 23.09.2003

www.trivalor.pt

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 06 08
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONTACTE-NOS



MINISTRO VIEIRA DA SILVA

Esforço do Estado com cooperação chega aos 1.500 milhões de euros

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social anunciou, no Porto, que o esforço de cooperação com a sociedade civil cresceu 11 vezes de 1980 para 2015 e que ultrapassa hoje os 1.500 milhões de euros.

“Entre 1980-2015, a valores reais (descontada da inflação), a despesa do Estado com a cooperação, ou seja, o esforço de cooperação com a sociedade civil, cresceu 11 vezes (...). Nenhuma outra área da despesa do Estado ou da utilização dos recursos públicos cresceu com esta dimensão. Ultrapassa hoje os 1.500 milhões de euros”, declarou Vieira da Silva, no Palácio da Bolsa, no Porto.

Durante o discurso na cerimónia do “Portugal Solidário 2016”, com a entrega do Prémio Manuel António da Mota, Vieira da Silva, referiu ainda que se se comparar “com um momento mais próximo”, a despesa do Estado com a cooperação “cresceu três vezes em termos reais quando comparado com o valor que existia de cooperação em 1995”. “E estou apenas a referir-me aos valores que são suportados pelo orçamento da Segurança Social”, sublinhou o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Vieira da Silva declarou que Portugal ainda é um país “demasiado desigual”, “um país com demasiada pobreza e exclusão social”.

Segundo o ministro, os indicadores da pobreza e das desigualdades são ainda “demasiado preocupantes” em Portugal, colocando o país numa posição de que é preciso sair.

“Quase 20% dos portugueses viviam abaixo do linear de pobreza e que corresponde a 60% da mediana dos rendimentos do país. Acima da média europeia”, disse Vieira da Silva, informando que a “taxa de pobreza infantil estava perto dos 25%, acima da média do conjunto da população e acima da média europeia”.

PRÉMIO MANUEL ANTÓNIO DA MOTA

Associação Raríssimas recebe prémio de 50 mil euros

O Prémio Manuel António da Mota, no valor de 50.000 euros, foi entregue na sua 7ª edição de 2016 à Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras, no dia 27 de novembro no Palácio da Bolsa do Porto, numa cerimónia que contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Constituída em 2002 e a partir da sua sede em Lisboa, a Raríssimas tem por missão apoiar doentes e famílias que convivem de perto com as doenças raras, procurando entre outros objectivos promover a divulgação, informação e sensibilização pública sobre as doenças raras, a nível nacional e internacional e promover a gestão integrada do doente com doença rara.

Com o seu “Espaço de Capacitação Rara” a Raríssimas desenvolve um projecto que intervém em três eixos distintos, como sejam um programa de coaching e mentoring, apoio à capacitação e empregabilidade e um conjunto de acções de sensibilização e informação, procurando, no primeiro eixo, a promoção da melhoria da qualidade de vida através de um programa individualizado de intervenção, no segundo eixo, o apoio à capacitação e empregabilidade, visando no terceiro eixo o desenvolvimento de acções de sensibilização e informação dirigidas à sociedade civil, e especificamente o tecido empresarial, de modo a fomentar a igualdade de oportunidades e o tratamento equitativo, apelando ao respeito pela diferença. A par da Raríssimas, vencedora do Prémio, foram ainda premiadas nove instituições nacionais, cabendo o 2º e 3º lugares, com prémios de 25.000 euros e 10.000 euros, respectivamente, ao SAOM – Serviços de Assistência Organizações de Maria e à Associação Inspirar o Futuro, e as restantes sete menções honrosas às instituições Associação Cozinha Solidária e Refeições com Alma, Associação Cura+, Associação de Apoio no Domicílio ao Recém-Nascido (AADRN) – Crescerbem, Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro, Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres, Centro Social e Paroquial de Ribeirão, IPAV – Instituto Padre António Vieira.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

100% CLIENTES SATISFEITOS

DEMONSTRAÇÕES
Sem compromisso

GRÁTIS

software ipss

economia social

SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 20 ANOS

deixe a informática connosco, as pessoas precisam de si

40 aplicações

- CONTABILIDADE ESNL
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (AT)
- IMOBILIZADO ESNL
- PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)
- ORDENADOS
- UNIDADES DE SAÚDE
- PROCESSOS CLÍNICOS
- STOCKS

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
(Utentes, Bancos, Associados, Rendas, Caixas e Pagamentos a Fornecedores)
- QUALIDADE - Processos Chave
Terceira Idade, Infância e Juventude
- VIATURAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES
- ... entre outras

junto das

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS



ASSISTÊNCIA REMOTA
Novo conceito via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

www.tsr.pt - tsr@tsr.pt
t(lm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
Lameiras - 4836-908
Guimarães

A NÃO ESQUECER...

O Natal é todos os dias

O ritual tinha-se instalado de forma imperceptível. Todas as noites o pai entrava no quarto do filho para ler uma história ou um capítulo de um livro em jeito de “até amanhã”. O petiz habituara-se rapidamente a viajar pelas paisagens dos contos infantis, ao som da voz pausada e agradável do pai. Tinha agora dez anos e a memória estava povoada com as histórias clássicas do capuchinho vermelho, dos três porquinhos, da bela adormecida, as fábulas de La Fontaine, dos tradicionais contos portugueses e outros que a fome da curiosidade teimava em consumir.

De ávido ouvinte passou também a interessado contador, alternando com o pai na leitura das narrativas. Vezes sem conta o enredo era transformado em texto teatral, fazendo ambos a devida interpretação das personagens, por recurso à imaginação, para gaúdio dos participantes e, às vezes, quanto o “até amanhã” acontecia mais tarde, dos familiares espectadores.

O Natal e os aniversários costumavam ser um mercado de abastecimento de material para as noites de leitura. Os livros eram prendas habituais e certas desde que não se desse o caso de haver repetições desnecessárias.

Naquele Natal não ia ser diferente, pensava o

miúdo, que há muito tinha deixado de acreditar no Pai Natal dos centros comerciais que entrava pelas chaminés durante a noite para deixar os presentes. A história não batia certo! Mesmo os contos mais fantasiosos apresentavam enredos mais plausíveis. Continuava, no entanto, a fazer de conta que acreditava na história mal contada do Pai Natal para não desiludir os adultos que, assim, também reviviam as suas recordações infantis. Preferia, de longe, a versão do Menino Jesus que, nas aulas de religião, lhe apresentava o professor. E, é verdade, estava secretamente convencido que algumas das prendas seriam os presentes que esses adultos gostariam de ter recebido.

À medida que se aproximava a véspera de Natal iam crescendo silenciosamente os embrulhos debaixo da árvore carregada de frutos luminosos coloridos. Ao contrário de outros anos os embrulhos tinham engordado para além das medidas normais dos livros que costumava receber.

Achou estranho, mas reprimiu a ansiedade e evitou as perguntas e as perfurações das embalagens.

Na noite de Natal depois do jantar, o rapaz, filho único, começou a receber as prendas. À medida que tirava a pele lustrosa dos pacotes iam-se

revelando as surpresas. Dos tios e primos, roupa, sapatos, uma bicicleta; dos avós maternos recebeu dinheiro; dos paternos recebeu um computador e um DVD portátil como prémio por ter concluído o quarto ano com distinção.

O miúdo esforçava-se por retribuir com o prazer que lhe queriam ver estampado no rosto. E os livros? Restava a esperança do bom-senso dos pais.

As medidas do último embrulho que agora tinha nas mãos não lhe davam quaisquer sinais. Abriu.

A caixa preta dizia ser uma playstation, daquelas que punham aos pulos os seus colegas de escola. Sorriu, de forma ambígua, para que ninguém lhe notasse a desilusão. Ninguém notou...

Já tarde deitou-se na cama com um livro de antigos natais, aberto ao calha, à espera que o pai cumprisse o ritual da leitura, para lhe suavizar a angústia de um dia esquisito. Cansado da espera fechou o livro, esmagando algumas lágrimas, marcadores inesquecíveis do fim da infância.

Nessa noite o pai não foi, convencido que a avalanche de prendas tinha arrastado para o sono rápido o seu pequenote.

V.M. PINTO



JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA

Porque ganhou Donald Trump as eleições?

Creio que estamos todos ainda um pouco atordoados pela vitória de Donald Trump nas eleições americanas.

Obviamente não sei porque um candidato aparentemente tão pouco qualificado ganhou as eleições presidenciais numa das democracias mais funcionais do mundo.

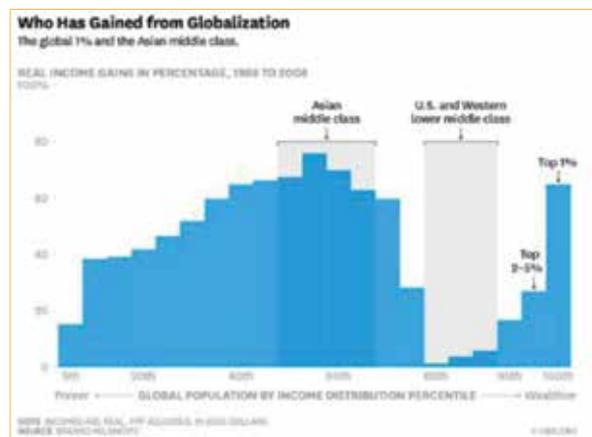
Por certo, as explicações são extremamente complexas e cruzam fatores da mais diversa natureza e que ainda não compreendemos bem.

Contudo, como aqui falamos sobretudo de economia, gostaria de apresentar o meu ponto de vista como economista sabendo que, por mais peso que a economia tenha na política contemporânea (alguém disse que a economia é o novo nome da política), o homo economicus não explica tudo. E ainda bem!

Como economista acredito que o Brexit, o ascenso dos populismos europeus, a derrota quase certa do referendo constitucional italiano e, agora, a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, vem tudo do mesmo sítio, a saber, da distribuição assimétrica dos benefícios da globalização e da redução da mobilidade social ascendente das sociedades de economia avançada.

A globalização moderna (digamos dos últimos 30 anos) coincidiu com um período de grande prosperidade a nível global, ou seja, criou uma massa enorme de benefícios. Entre 1980 e 2016 a riqueza anual produzida no mundo multiplicou-se por um fator de 3,5. O problema é que esses benefícios estão longe de ter sido distribuídos de forma minimamente homogênea – houve ganhadores e houve perdedores.

O gráfico em baixo mostra como evoluíram os rendimentos reais da população global entre 1988 e 2008 nos diversos estratos da distribuição de rendimento. Ao longo do eixo horizontal o nível de rendimento cresce da esquerda para a direita, ou seja, temos os mais pobres à esquerda e os mais ricos à direita. A altura das barras mostra quanto cresceu o rendimento real em cada escala da distribuição de rendimento.



O que podemos ver é que o gráfico tem dois picos e um buraco. O primeiro pico ocorre nos percentis do meio o que, grosseiramente, corresponde às classes médias dos países emergentes, o

segundo pico ocorre nos percentis mais altos, ou seja, onde estão os mais ricos (a maior parte deles residentes das economias avançadas) e o buraco ocorre entre os percentis 80 e 95 que, a traço grosso, podemos identificar com as classes médias/ baixas das economias ocidentais.

Ou seja, num mundo onde todos ganharam alguma coisa, as classes médias baixas das sociedades de capitalismo desenvolvido não ganharam praticamente nada nos últimos 20/30 anos.

É perfeitamente natural que esses estratos populacionais estejam em modo de revolta e que o exprimam através dos veículos que vão aparecendo fora do sistema.

Notar que o rancor dessa classe de perdedores se dirige tanto para cima como para baixo.

Para cima dirige-se às elites sejam elas económicas (os mais ricos), intelectuais ou políticas bem como aos media mainstream que, aparentemente, os representam.

Para baixo dirige-se aos que, estando abaixo na escala socio-económica, são vistos como concorrentes desleais no mercado de trabalho ou simplesmente como subsídio dependentes de um estado social que a classe média continua a acreditar que é ela que paga.

Por todo o lado o retrato robot dos que apoiam e votam nos diversos populismos tem uns quantos traços em comum: pertence à classe média/ média baixa, aos escalões etários mais altos, tem menores qualificações académicas e vive fora das grandes cidades. Tipicamente os que podem reclamar que a globalização os deixou para trás.

Odeiam as elites que não os compreendem, não os ouvem e não se preocupam minimamente com a sua sorte.

Mas também odeiam os de baixo. Tratando-se de gente com poucas qualificações, têm em geral empregos onde de alguma forma os imigrantes concorrem e deprimem os salários.

Na verdade a narrativa do roubo dos empregos é falsa. Os Estados Unidos ou o Reino Unido podem ter perdido alguns empregos com a globalização e com a deslocalização de algumas indústrias. Contudo, as duas economias estão próximas do pleno emprego apesar de terem recebido muitos imigrantes. Isso quer obviamente dizer que por cada posto de trabalho destruído pela globalização muitos outros foram criados.

O problema é que os postos de trabalho criados foram sobretudo nos extremos da distribuição: empregos em serviços com poucas qualificações e baixos salários (distribuição alimentar e não alimentar, serviços de segurança ou saúde, etc.) ou setores de ponta (tecnológicas, financeiras, etc.) com superqualificações e com salários elevados. No meio pouco ficou!

Ou seja, embora a narrativa do roubo dos empregos seja manifestamente falsa já não é falso que a globalização tenha degradado o estatuto sócio/económico relativo das classes médias nas



sociedades de capitalismo desenvolvido. A revolta é perfeitamente compreensível!

Um segundo problema é a redução da mobilidade ascendente.

Uma das virtudes do capitalismo é que, em teoria, o poder económico deixou de estar necessariamente ligado às condições em que se nasceu. Nos tempos aristocráticos quem mandava e quem obedecia estava determinado para todo o sempre por condições de nascimento. Com o capitalismo, mesmo o mais humilde trabalhador pode sempre pôr a questão do patrão nestes termos: é ele mas podia ser eu!

A mobilidade social é uma das marcas identitárias do capitalismo moderno – o capitalismo moderno é, em teoria, uma meritocracia.

A escola pública é a infraestrutura básica da mobilidade social. Com a escola pública universal, todos, mesmo os mais pobres podem, em teoria, adquirir os conhecimentos que permitem disputar os cargos mais elevados. Por outro lado, sendo o sistema uma meritocracia, uma boa formação académica era, de certa forma, uma garantia de ascensão social.

Mas esta narrativa está em crise, duplamente em crise.

Por um lado verifica-se que, cada vez mais, as condições de nascimento são relevantes para o sucesso profissional. Nascer dos pais certos, com as ligações sociais certas, com a network apropriada é decisivo no desenhar de um percurso profissional.

Por outro lado, hoje em dia é tudo menos garantido que uma boa formação académica seja uma garantia de acesso a carreiras profissionais bem sucedidas.

Basta ver os salários que atualmente são oferecidos em início de carreira mesmo a alunos brilhantes em muitos ramos académicos. Já não é apenas um problema dos cursos “exóticos” em geral proporcionados por universidades privadas. Começamos a ver o mesmo fenómeno nas engenharias, arquitetura, etc..

O sonho da classe média das sociedades de capitalismo evoluído (uma vida económica estável e uma porta aberta para cima) está manifestamente em crise.

Creio que o ascenso dos populismos é a expressão política desse desencanto. Julgo que é por isso que Trump ganha e que, porventura, outros populismos chegarão ao poder.

Perante isto o pior que os progressistas do mundo poderiam fazer seria entregar-se ao desespero. A hora é de luta e não de desespero.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogemave.pt





Brincadeiras de rua

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

SAÚDE MENTAL

Problemas aumentaram com a crise económica

Os problemas de saúde mental em Portugal, sobretudo os casos mais graves, aumentaram com a crise económica, atingindo quase um terço da população em 2015, a par de um aumento do consumo de antidepressivos e ansiolíticos, revela um estudo nacional.

Trata-se dos resultados preliminares do projeto “Crisis Impact”, que estuda os efeitos da crise económica sobre a saúde mental das populações em Portugal, apresentado durante o Fórum Gulbenkian de Saúde Mental.

O estudo, da autoria de José Caldas de Almeida, presidente do Lisbon Institute of Global Mental Health, baseia-se numa atualização do estudo nacional de saúde mental de 2008-2009, permitindo comparar os dados do início da crise com os do final de 2015.

A conclusão que mais ressalta do estudo é o “aumento significativo da prevalência de problemas de saúde mental durante este período”, evidenciando uma relação estreita com os fatores sociais e económicos resultantes da crise.

Segundo os dados preliminares, os problemas de saúde mental passaram de uma prevalência de 19,8% em 2008, para 31,2% em 2015, um aumento que se verificou em todos os níveis de gravidade, mas sobretudo nos casos de maior gravidade.

Nos problemas ligeiros passou-se de 13,6% para 16,8% (um aumento de três pontos percentuais), nos problemas moderados de 4,4% para 7,6% (3,2 pontos percentuais), e nos problemas mais graves de 1,8% para 6,8% (5 pontos percentuais).

A prevalência de problemas de saúde mental em 2015 foi mais elevada entre as mulheres, os idosos, os viúvos e separados e as pessoas com baixa escolaridade.

Quanto à relação destes problemas com a crise económica - nomeadamente a diminuição de rendimentos, o desemprego, a privação financeira e a descida de estatuto socioeconómico - o estudo demonstra que estão significativamente associados, revelando igualmente elevados padrões de perturbações depressivas e de ansiedade.

Mais de 40% das pessoas da amostra do estudo reportaram descida de rendimentos desde 2008, cerca de metade por corte de salários e pensões, 14% por desemprego, 6% por mudança de emprego e 5% por reforma.

Os que referem não ter rendimentos suficientes para pagar as suas despesas são quase 40% da amostra e apresentam uma prevalência significativamente mais elevada de problemas de saúde mental do que as que não sentem privação financeira.

A situação agrava-se quanto maior é a privação,

sendo especialmente marcada no grupo de pessoas que não conseguem pagar as despesas básicas (comida, eletricidade, água) e que têm dívidas.

Pelo contrário, a existência de um elevado suporte social e o viver em bairros onde as pessoas se sentem seguras e bem integradas provaram ser fatores protetores em relação ao risco de ter problemas de saúde mental.

No que respeita ao uso de medicamentos, acompanha a tendência crescente da prevalência de problemas mentais, tendo-se verificado uma subida progressiva das percentagens de pessoas que usam psicofármacos, sobretudo antidepressivos e ansiolíticos.

Em valores absolutos, o uso destes medicamentos é muito mais elevado entre as mulheres, mas verificou-se um aumento particularmente elevado no consumo por parte dos homens, especialmente ansiolíticos.

Relativamente aos tratamentos, nos últimos cinco anos 27,9% das pessoas procuraram ajuda, sobretudo junto dos médicos de medicina geral, seguidos dos psiquiatras e psicólogos.

No geral, o sistema de saúde revelou capacidade de resposta, embora com alguns problemas a nível do acesso aos cuidados e sobretudo a nível da continuidade e da qualidade dos cuidados.



Soluções para a
Economia Social



Mediação de seguros
Soluções personalizadas



Organização Administrativa
Consultoria e Gestão



Soluções tecnológicas
Software administrativo e financeiro

Estamos onde você está.
Atuamos nas instalações do cliente
t. 265 537 590 | e. geral@odulisser.pt
www.odulisser.pt




Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt



Miele
PROFESSIONAL